



LABORATÓRIO NACIONAL
DE ENGENHARIA CIVIL

DEPARTAMENTO DE EDIFÍCIOS
Núcleo de Ecologia Social

Proc. 0804/11/17788

SOBRE AVALIAÇÃO DE PROCESSOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Relato de síntese

Lisboa • novembro de 2012

I&D EDIFÍCIOS

RELATÓRIO 270/2012 – DED/NESO

Resumo

Sobre Avaliação de Processos de Intervenção Social – Relato de Síntese

Constituindo-se como uma síntese de informação bibliográfica, conforme recolhida ao longo de uma experiência ligada ao acompanhamento técnico e metodológico e à reflexão sobre os processos de intervenção urbana, onde a dimensão social é particularmente incidente, o presente relatório propõe-se ser um guia introdutório sobre os processos de avaliação de projetos de intervenção.

Abstract

About Evaluation of Social Intervention Process – Synthesis Report

This document is a summary of bibliographic information collected along an experience of a technical and methodological monitoring reflection on the processes of urban intervention, where the social dimension is particularly incident. This report aims to be an introductory guide about evaluation of the social intervention process.

ÍNDICE

1	NECESSIDADE E RELEVÂNCIA DA AVALIAÇÃO	3
1.1	VANTAGENS E CONTRIBUTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROCESSO DE AVALIAÇÃO	3
1.2	UTILIDADES DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROCESSO DE AVALIAÇÃO	5
2	TIPOS, MODOS E ETAPAS DE AVALIAÇÃO	7
2.1	IDEIAS DE AVALIAÇÃO	7
2.2	CONCEITOS DE AVALIAÇÃO	8
2.3	DIMENSÕES DE UM PROCESSO DE AVALIAÇÃO	9
2.4	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	10
2.5	PRINCIPAIS MODOS DE AVALIAÇÃO	10
2.6	PRINCIPAIS TIPOS DE AVALIAÇÃO	13
2.7	AS POSSÍVEIS CORRELAÇÕES ENTRE TIPOS E MODOS DE AVALIAÇÃO	17
2.8	A RELAÇÃO ENTRE QUALIDADE DO PROJETO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO	18
2.9	OBJETIVOS OPERACIONAIS, ESTRATÉGIAS E LÓGICAS DE AVALIAÇÃO	20
2.10	AGENTES, PROMOTORES E BENEFICIÁRIOS DE AVALIAÇÃO, E AS SUAS RACIONALIDADES	22
2.11	DINÂMICAS DE AVALIAÇÃO E TIPOS DE POLÍTICAS SOCIAIS	23
2.12	DIFICULDADES INERENTES ÀS DINÂMICAS E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO	24
3	ETAPAS E ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO	25
3.1	METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO E DE PESQUISA SOCIAL	25
3.2	A IMPORTÂNCIA DA REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS DOS CONTEXTOS DE AVALIAÇÃO	26
3.2.1	<i>Objetivos do diagnóstico</i>	<i>27</i>
3.2.2	<i>A relação entre diagnósticos dinâmicos, avaliação e retroalimentação do processo....</i>	<i>29</i>
3.2.3	<i>Os contextos de diagnóstico</i>	<i>31</i>
3.2.4	<i>Organizar, sistematizar e classificar as situações diagnosticadas</i>	<i>32</i>
3.3	QUESTÕES METODOLÓGICAS RELACIONADAS COM A AVALIAÇÃO	35
3.3.1	<i>Estratégias metodológicas de avaliação</i>	<i>35</i>
3.3.2	<i>Plano de análise</i>	<i>36</i>
3.3.3	<i>Técnicas, instrumentos e procedimentos de estudo</i>	<i>37</i>
3.3.4	<i>As variáveis, indicadores e metas de análise</i>	<i>40</i>
3.3.5	<i>Exemplos de grelhas de avaliação</i>	<i>43</i>
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
5	BIBLIOGRAFIA CITADA	57

ÍNDICE DE ESQUEMAS

Esquema 1 – A avaliação na lógica do planeamento setorial.....	13
Esquema 2 – Diagrama das decisões na avaliação de impacte ou ex-post	15
Esquema 3 – Níveis de reflexão em processo de avaliação	16
Esquema 4 – O processo do projeto	18
Esquema 5 – O conceito de retroalimentação no processo de planeamento.....	30
Esquema 6 – Passos sequenciais na implementação dos modelos para a avaliação	37
Esquema 7 – Procedimentos e instrumentos de recolha de informação	38
Esquema 8 – Instrumentos de recolha de informação e níveis de avaliação	39
Esquema 9 – Organograma exemplificativo dos objetivos e indicadores de avaliação	43

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Principais modos de avaliação	11
Quadro 2 – Principais tipos de avaliação	14
Quadro 3 – Tipologias de práticas avaliativas	16
Quadro 4 – Condições existentes nos contextos de intervenção	33
Quadro 5 – Organização das situações diagnosticadas	34
Quadro 6 – Exemplo de sistematização de situações diagnosticadas.....	34
Quadro 7 – Dispositivo de avaliação processual de reabilitação urbana	38

APRESENTAÇÃO

Tem-se assistido a um conjunto de situações sociais e espaciais que ressaltam a importância de implementação de uma dinâmica de avaliação de projetos de intervenção de desenvolvimento socio-espacial. O estabelecimento e a prossecução desta dinâmica trazem um conjunto de vantagens que facultam um melhor funcionamento das instituições, como melhorias no processo de condução, gestão, operacionalização e reorientação dos planos, programas e projetos de intervenção. Os contributos de um processo de avaliação são muitos, indo desde uma melhor sistematização do conhecimento e da informação produzidos, ao apuramento de resultados, à escolha de prioridades, à tomada de decisões, bem como ao nível da promoção de dinâmicas de difusão, informação, participação e negociação dos processos de mudança, ao nível da capacitação e da formação.

O presente relatório constitui uma síntese de informação bibliográfica recolhida ao longo de uma experiência ligada ao acompanhamento de processos de intervenção urbana, onde a dimensão social foi particularmente incidente. Em específico, muito do que aqui se relata tem origem no trabalho desenvolvido pelo LNEC no âmbito do apoio técnico e metodológico ao Projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades”¹ na área da intervenção social. Todavia, este relatório não tem como objetivo relatar esta experiência. Mas sim registar a sistematização bibliográfica realizada sobre as questões da avaliação e que, entretanto, à época nos auxiliou no sentido de

¹ O LNEC foi, em 2003, solicitado pela Secretaria de Estado da Habitação através do Instituto Nacional de Habitação - INH (atual IHRU), para que elaborasse uma proposta de candidatura aos Fundos EFTA (*European Free Trade Association*) focada numa perspetiva integradora de intervenção social e urbanística. Os territórios elegíveis no âmbito desta candidatura foram: Bairro das Alagoas (Peso da Régua/Norte) e Rabo de Peixe (São Miguel - Açores). A candidatura foi aprovada. No âmbito do desenvolvimento do projeto, o LNEC, através de uma cooperação com o INH/IHRU, desenvolveu a atividade de apoio técnico e metodológico na área de intervenção, tendo esta atividade sido desenvolvida durante três anos no Bairro das Alagoas entre 2005 e março de 2008, e em Rabo de Peixe entre 2005 e 2007.

capacitar as equipas locais de intervenção a conhecer e introduzir nas suas dinâmicas de trabalho uma perspetiva de avaliação. Passados alguns anos desde o trabalho inicial de recolha e sistematização da informação, considerou-se oportuno presentemente registar o trabalho, então, desenvolvido, nomeadamente porque a avaliação de dinâmicas de intervenção social e urbana têm-se colocado na ordem do dia.

O presente relatório não pretende ser um documento reflexivo sobre as questões da avaliação, sendo apenas um instrumento guia e muito introdutório sobre a temática. Observa-se ainda que a sistematização aqui relatada não incide sobre a literatura mais recente, ao que se salienta que muito se tem desenvolvido sobre este assunto nos últimos anos. O objetivo deste relatório é contribuir para a divulgação de conhecimentos relacionados com as dinâmicas de avaliação de projetos de intervenção e desenvolvimento socio-espacial, procurando ainda funcionar como um guia muito introdutório à temática da avaliação.

O presente relatório está organizado nos seguintes capítulos: Capítulo 1 – Necessidade e relevância da avaliação; Capítulo 2 – Tipos, modos e etapas de avaliação; Capítulo 3 – Etapas e estratégias de implementação de uma metodologia de avaliação; Capítulo 4 – Notas Finais; Capítulo 5 – Bibliografia citada.

Em anexo lista-se um conjunto de referências bibliográficas ligadas à temática da avaliação.

1 NECESSIDADE E RELEVÂNCIA DA AVALIAÇÃO

1.1 Vantagens e contributos da implementação de um processo de avaliação

Para que avaliar?

A implementação de uma dinâmica de avaliação contribui para melhorar, reorientar, inovar, sistematizar e articular um conjunto de aspectos relacionados com os projetos de intervenção socio-espacial. A partir da síntese de trabalhos de Capucha *et al.* (1996), Cohen e Franco (1999), Gaulejac (1990) e Ferrão (1996), identificam-se as seguintes vantagens e contributos da adoção de um processo de avaliação:

- Melhoria nos modos de funcionamento dos sistemas institucionais através dos seguintes aspectos:
 - ✓ Articulação e operacionalização dos objetivos de intervenção;
 - ✓ Elevação dos níveis de utilização dos recursos disponíveis e na produção de novos recursos, com o aumento da eficiência dos gastos sociais e uma melhor utilização dos serviços;
 - ✓ Produção de resultados mais eficazes e compensatórios;
 - ✓ Definição de estratégias mais adequadas, bem como na verificação das oportunidades de implementação de estratégias;
 - ✓ Qualificação dos quadros técnicos;
 - ✓ Elevação os níveis de utilização dos recursos.

- Melhoria na dinâmicas de criação, implementação, condução, gestão e operacionalização das políticas, dos planos, programas e projetos sociais, a partir da implementação de:
 - ✓ Dispositivos de concertação das dinâmicas e ações;
 - ✓ Mecanismos de retroalimentação.
- Melhoria no conhecimento dos contextos e situações de intervenção, viabilizando a sistematização da informação produzida e permitindo a criação de dispositivos inovadores.
- Melhoria das dinâmicas e processos de escolha de prioridades, tomada de decisões e de identificação das situações e variáveis (mais ou menos manipuláveis) de modo a:
 - ✓ Desenvolver práticas mais compensatórias e equitativas;
 - ✓ Discutir e analisar a pertinência das ações a implementar ou já implementadas;
 - ✓ Desenvolver áreas de autonomia das ações e de responsabilidades, de forma a se assegurar um melhor funcionamento do sistema de ação.
- Melhoria das dinâmicas de difusão, informação, participação e negociação dos processos de mudança; ao que se sublinha que a avaliação pode ser entendida como uma “cultura do diálogo, enquanto intercâmbio de ideias, de aprendizagem coletiva, em suma, enquanto prática que estimula a mobilização dos vários atores envolvidos” (Ferrão, 1996).
- Melhoria ao nível da formação dos atores envolvidos com o processo e o desempenho profissional através dos seguintes aspectos:
 - ✓ Desenvolvimento de dinâmicas de autoavaliação, reflexão, capacidades e conhecimentos técnicos, sociais e relacionais;
 - ✓ Julgamento de ações, resultados e ideias.
- Melhoria das dinâmicas de prestação de contas, de apuramento de resultados e dos desempenhos.

1.2 Utilidades da implementação de um processo de avaliação

A implementação de um processo de avaliação permite elevar o grau de racionalidade das dinâmicas e processos de ação relacionados com as políticas, programas, planos e projetos de intervenção; contribuindo ainda para a “satisfação das necessidades básicas da população, priorizando-as segundo seus graus de urgência relativa” (Cohen e Franco, 1999). Assim, um processo de avaliação tem particular incidência na melhoria da eficiência das políticas sociais, nomeadamente através da “consecução do critério aceite como fim, inclusive se este é a equidade” (Cohen e Franco, 1999). Nesta ótica, as utilidades de implementação de um processo são, em síntese, as seguintes:

- Utilidade instrumental, já que contribui para a:
 - ✓ Promoção da melhoria da operacionalização, condução e gestão dos programas;
 - ✓ Introdução de “correções ou inflexões mais ou menos marcadas, sob a forma de ajustamentos ou da reprogramação das propostas anteriores” (aspecto que se destaca nas avaliações de acompanhamento – ou durante a realização dos projetos) (Ferrão, 1996).
- Utilidade estratégica, na medida que favorece a “consolidação de uma visão de partilha de informação estratégica e de coresponsabilização na ação” (Ferrão, 1996), sendo este um aspecto que se destaca em qualquer um dos tipos / modalidades de avaliação).
- Uma utilidade substantiva, na medida que “os resultados da avaliação podem sugerir a necessidade de se proceder à reconceptualização de programas e mesmo políticas, ultrapassando em muito o papel meramente corretor” (Ferrão:1996). A partir de um melhor conhecimento das questões fundamentais que suportam as ações, a avaliação contribui, em síntese, para clarificar as dimensões estratégicas e ideológicas relacionadas com o processo de intervenção.

De acordo com Gaujelac (1990), o estabelecimento de uma relação entre avaliação e desenvolvimento social permite trabalhar de forma articulada os diferentes pontos de vistas envolvidos com o sistema de ação (como por exemplo, a relação entre parceiros), o que contribui para a consolidação de uma abordagem multidimensional do contexto.

2 TIPOS, MODOS E ETAPAS DE AVALIAÇÃO

2.1 Ideias de avaliação

As formas mais intuitivas dos atores sociais procederem à dinâmicas de avaliação das suas ações – por exemplo, no âmbito da rotina do quotidiano de trabalho – são consideradas como **indutivas** ou **subjetivas**. Nestas situações a reflexão é desenvolvida de forma assistemática, podendo as informações recolhidas serem consideradas como insuficientes.

A avaliação pode, contudo, ser **deliberada** ou **objetiva**, sendo esta ideia aquela que mais nos interessa aqui. A avaliação deliberada ou objetiva se constitui como formas “deliberadas e racionalizadas de colocação de questões e problemas relativos aos processos de decisão e execução de programas, políticas, projetos e investimentos” (Capucha *et al.*, 1996) através de: “sistemas organizados de reflexão crítica; informações recolhidas no decurso do acompanhamento desses programas, políticas, projetos e investimentos” (Capucha *et al.*, 1996); e ainda da certeza de que a informação recolhida é suficiente, utilizando-se para o efeito “métodos rigorosos para chegar a resultados válidos e confiáveis” (Cohen e Franco, 1999).

O objetivo central de uma avaliação deliberada é “permitir que as pessoas e as instituições envolvidas na conceção, planeamento, gestão e execução julguem o seu trabalho e os resultados obtidos e aprendam com eles” (Capucha *et al.*, 1996). Para cumprir este objetivo, no processo de recolha de informação deve-se levar em consideração os seguintes critérios:

- Validade, de modo que os “instrumentos utilizados meçam realmente o que se tenta medir” (Cohen e Franco, 1999).

- Confiabilidade, de modo que a informação recolhida tenha qualidade e estabilidade.
- Qualidade, de modo que a informação recolhida seja adequada ao “uso que será feito dela” (Cohen e Franco, 1999).
- Estabilidade, de modo que os “resultados não variem com o avaliador, com o modo em que é efetuada a avaliação, ou com o instrumental utilizado” (Cohen e Franco, 1999).

2.2 Conceitos de avaliação

São muitos os conceitos de avaliação. Algumas definições estabelecem uma relação direta entre a análise e a eficiência (Cohen e Franco, 1999; Monteiro, 1996), distinguindo-se as seguintes características:

- Têm como objetivo a comparação dos efeitos de um programa com as metas inicialmente definidas.
- Atribuem à avaliação um pressuposto de medida, orientando os procedimentos no sentido de se detetar quais foram os objetivos alcançados.
- Estabelecem uma relação direta entre o processo de avaliação e o julgamento dos méritos de um programa.

No entanto, as definições que atribuem uma relação direta entre análise e eficiência são consideradas como de risco, devido aos seguintes aspectos (Cohen e Franco, 1999):

- Sobrevalorização das metas: quando independentemente da qualidade do projeto e da sua implementação, os que não tiverem atingido as metas são considerados como fracassados.
- Subvalorização das metas: quando de projetos cuja conceção e execução não tenham qualidade, mas como os formuladores estabeleceram metas com especial cautela, a avaliação acaba por ser positiva.

Existem ainda definições que associam a avaliação a um processo sistemático de valoração. Nestes casos, distinguem-se as seguintes características mais importantes:

- A avaliação é considerada como uma dimensão intrínseca ao próprio projeto.
- Considerando que o ato de planejar introduz “organização e racionalidade na ação para a consecução de determinadas metas e objetivos”, a avaliação é “um modo de se verificar essa racionalidade, medindo o cumprimento – ou a perspectiva de cumprimento – dos objetivos e metas previamente estabelecidos e a capacidade para alcançá-los” (Ander-Egg, 1984, in Cohen e Franco, 1999).
- Permite trabalhar de forma a considerar a: pertinência, eficiência, eficácia do projeto, medição, estimação, acompanhamento, programação ou controlo do projeto.

A avaliação como um processo sistemático de valoração é mais útil aos projetos sociais, já que:

- Está relacionada “com a apreciação dos resultados de um programa / projeto face ao objetivo de solução de determinados problemas (Monteiro, 1996).
- “Um dos objetivos mais importantes da avaliação consiste em descobrir alternativas que otimizem o alcance dos objetivos procurados” (Cohen e Franco, 1999).

2.3 Dimensões de um processo de avaliação

Para Jouve e Monnier (1994) são três as principais dimensões de um processo de avaliação, designadamente:

- Normativa: refere-se aos “valores sociais que justificam e que guiam a ação coletiva” (Jouve e Monnier, 1994).
- Instrumental: refere-se aos princípios de ação que se pretendem operacionalizar.
- Cognitiva: refere-se à mobilização de conhecimento acerca dos contextos sociais, de forma a selecionar as variáveis de análise que sejam mais pertinentes para a construção de uma perspectiva de interpretação.

2.4 Critérios de avaliação

Num processo de avaliação importa enfatizar a “objetividade, a informação suficiente e a utilização de métodos rigorosos para chegar a resultados vários e confiáveis” (Cohen e Franco, 1999). Assim sendo, destacam-se alguns critérios principais sobre os quais interessa estar-se atento:

- Eficácia: relação entre objetivos e resultados encontrados.
- Eficiência: relação entre objetivos, resultados encontrados e meios utilizados.
- Adesão: relativo aos graus de ligação ao projeto pelos distintos atores e agentes.
- Pertinência: sobre a definição do propósito e da necessidade ou não do projeto.
- Complementaridade e coesão: relacionado com os graus de correspondência e articulação entre objetivos e ações.
- Confiabilidade: relacionado com a convicção de que existe qualidade e estabilidade na informação e nos resultados apurados.
- Estabilidade: garantia de que os resultados não variam em função do avaliador.
- Validade: garantia de que os instrumentos utilizados meçam de facto aquilo que se tenciona medir.
- Equidade: relacionado com os níveis de igualdade na distribuição de oportunidades e recursos.

2.5 Principais modos de avaliação

Em função de quem realiza, regra geral, a avaliação pode desenvolver-se através dos seguintes modos: interna ou autoavaliação, externa, mista, interativa e participativa (Cohen e Franco, 1999; Capucha, *et al.*,1996) (ver Quadro 1).

A avaliação pode também ser considerada como uma prática que infere algumas contradições, já que pode ser utilizada como instrumento de legitimação ou de crítica ao poder, de clarificação ou de opacidade, de reprodução ou de mudança

organizacional. Para Gaujelac (1990), a salvaguarda destas situações menos claras pode realizar-se a partir da articulação entre as perspetivas técnicas e políticas com as perspetivas dos cidadãos. O autor observa ainda que a avaliação é um meio de produção de conhecimento, portanto de poder e de saber, daí que os métodos de avaliação devem partir de dois eixos:

- Em termos do poder: dar visibilidade aos pontos de vista dos grupos dominados;
- Em termos do saber: produzir conhecimento acerca da complexidade do sistema, sobre “as resistências, as contradições e as transformações ligadas à ação”, de modo que os efeitos concretos façam parte de um projeto de desenvolvimento (Gaujelac, 1990).

Quadro 1 – Principais modos de avaliação

INTERNA OU AUTOAVALIAÇÃO		
Característica	Vantagens	Desvantagens
Realizada dentro da organização promotora ou gestora.	Facilidade de divulgação e de aprendizagem dos contributos por parte dos agentes. Existência de conhecimentos prévios acerca dos contextos de intervenção. Dá mais ênfase ao conhecimento das situações do que à metodologia de avaliação. Mais flexíveis e reflexivas. Pode ser realizada por pessoas que, sendo da mesma organização, não estejam diretamente relacionada com a execução do projeto.	Não garante a produção de objetividade na análise. Falta-lhe o distanciamento crítico. É difícil o avaliador afirmar a sua autoridade face aos seus responsáveis. Pode promover resultados intimamente ligados aos interesses da organização promotora e gestora do projeto. Ausência da população-objeto do projeto.

EXTERNA

Característica	Vantagens	Desvantagens
Realizada por agentes de fora da organização promotora de um projeto.	(Em princípio) Os avaliadores externos têm mais experiência. Existe mais conhecimento acerca da metodologia de avaliação. Os avaliadores possuem mais capacidade de comparação dos resultados com outros similares. Faculta o distanciamento crítico.	Dá-se mais importância ao método de avaliação do que ao conhecimento do contexto. A utilização de um único suporte metodológico é questionável. Não é garantida a objetividade por parte do avaliador. Menos flexíveis e reflexíveis. Ausência da população-objetivo do projeto.

PARTICIPATIVA

Característica	Vantagens	Dificuldades
Minimiza a distância entre avaliador e beneficiários do projeto.	Permite enfatizar algumas variáveis que são importantes para a população beneficiária e deste modo contribui para o sucesso do projeto. Permite estabelecer prioridades ao nível da comunidade. Permite que a comunidade participe nas várias fases do projeto. Os indicadores de análise funcionam como elementos do sistema.	É difícil avaliar os seguintes aspectos: <ul style="list-style-type: none">▪ Modos de decisão;▪ Conflitos;▪ Modos de operacionalização utilizados;▪ Procedimentos administrativos e burocráticos;▪ Interações entre atores, modos de colaboração e os conflitos que atravessam estas relações;▪ Fatores que interagem com o desenrolar da ação;▪ Reações dos beneficiários do programa;▪ Evolução dos modos de funcionamento dos organismos;▪ Estratégias colocadas em ação;▪ Evolução das relações sociais;▪ Efeitos das ações à medida que se desenrolam;▪ Efeitos secundários e / ou não previstos das ações;▪ Adaptação do programa à evolução do ambiente;▪ Evolução dos objetivos do programa;▪ Impacte de certas ações.

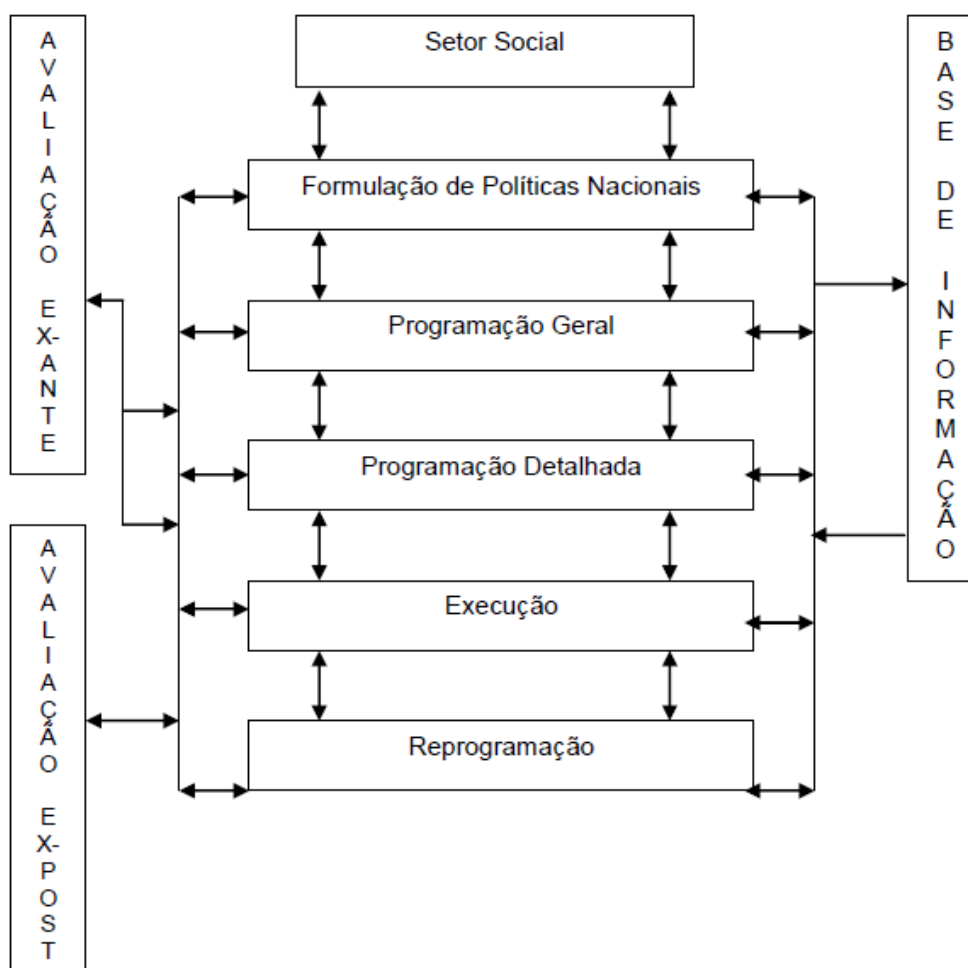
MISTA OU INTERATIVA

Característica	Vantagens	Desvantagens
Combina os vários modos de avaliação.	Superam-se as dificuldades entre os vários modos, preservando as suas vantagens.	Exige mais disponibilidade e esforço ao nível da sua implementação.

2.6 Principais tipos de avaliação

Em função de quem realiza, pode-se considerar os seguintes tipos de avaliação: avaliação prévia (ex-ante); avaliação de acompanhamento ou de processos (on-going); avaliação de impacte (ex-post) (ver Esquema 1) e avaliação interativa.

Esquema 1 – A avaliação na lógica do planeamento setorial



Fonte: Cohen e Franco, 1999: 74

Uma descrição mais detalhada de cada um destes tipos (cf. Cohen e Franco, 1999; Capucha *et al.*, 1996) é apresentada no Quadro 2.

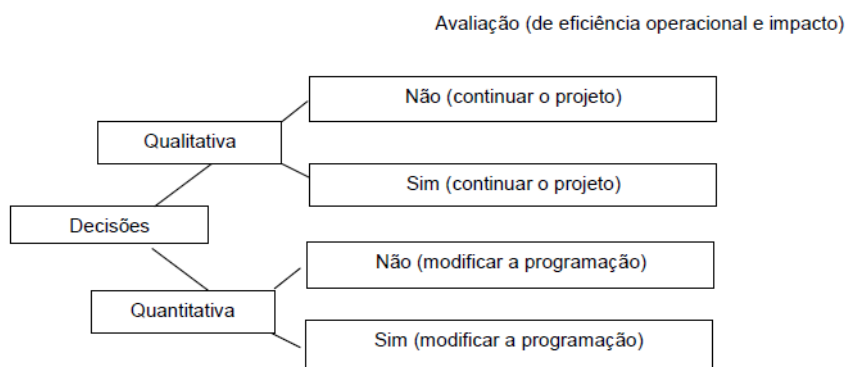
Quadro 2 – Principais tipos de avaliação

Avaliação prévia (ex-ante)	Objetivos	Exemplo
Realizada antes da implementação do projeto.	<p>Proporcionar critérios mais racionais no sentido de promover decisões qualitativas e primordiais.</p> <p>Conhecer a pertinência e a coerência das intervenções.</p> <p>Hierarquizar os projetos quanto à sua eficiência.</p>	Avaliação prévia em situação de requalificação habitacional (Baptista Coelho, 1998).
Avaliação de acompanhamento ou de processos (on-going)	Objetivos	Exemplo
<p>É uma avaliação periódica, realizada durante a implementação do projeto.</p> <p>Afeta a organização e as operações.</p>	<p>Promover a autocorreção permanente do projeto.</p> <p>Permitir melhorar a eficiência, eficácia e a adesão dos agentes.</p> <p>Detetar as dificuldades de implementação do projeto.</p>	Avaliação dinâmica (Bonetti, 1990).
Avaliação de impacto (ex-post)	Objetivos	Exemplo
Realizada após a implementação do projeto.	<p>Analisar em que medida o projeto alcançou ou seus objetivos;</p> <p>Analisar quais os efeitos (previstos e não previstos) produzidos pelo projeto;</p> <p>Detetar quais foram as causas ou dificuldades para o cumprimento dos objetivos do projeto;</p> <p>Comparar a situação de partida e de chegada do projeto, para determinar os fatores que produziram mudança;</p> <p>Determinar a pertinência da continuidade ou não do projeto em outras áreas.</p>	<p>Exemplo: análise e avaliação da qualidade habitacional (Menezes, 2000).</p> <p>Ver Esquema 2.</p>

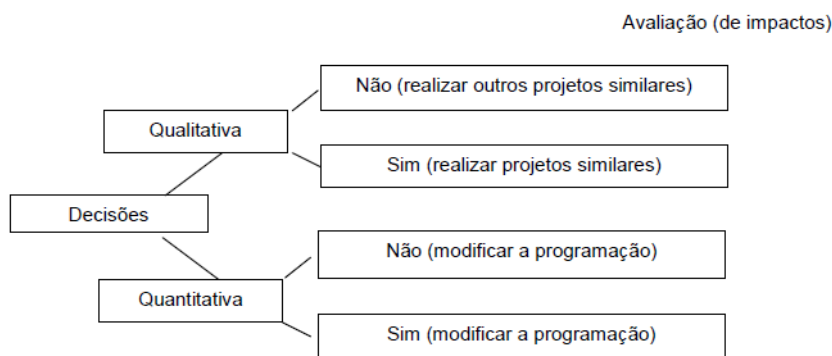
Avaliação interativa	Objetivos	Exemplo
Conjuga a avaliação prévia, de acompanhamento e de impacte. Articula avaliação e intervenção.	Produzir sistemas interativos de análise e avaliação; Articular a análise prévia com as dinâmicas de autocorreção, de modo a melhorar a gestão, afinar critérios, e melhorar os procedimentos de monitorização.	A avaliação comunitária de programas regionais (Ferrão, 1996)

Esquema 2 – Diagrama das decisões na avaliação de impacte ou ex-post

Em caso de projetos em andamento:



Em caso de projetos terminados:



Fonte: Cohen e Franco, 1999: 110

Deve-se, entretanto, ter em consideração de que não há consensos relativos às várias práticas ou tipos de avaliações. Monteiro (1996), por exemplo, salienta que existem três tipologias e que as mesmas se complementam (ver Quadro 3).

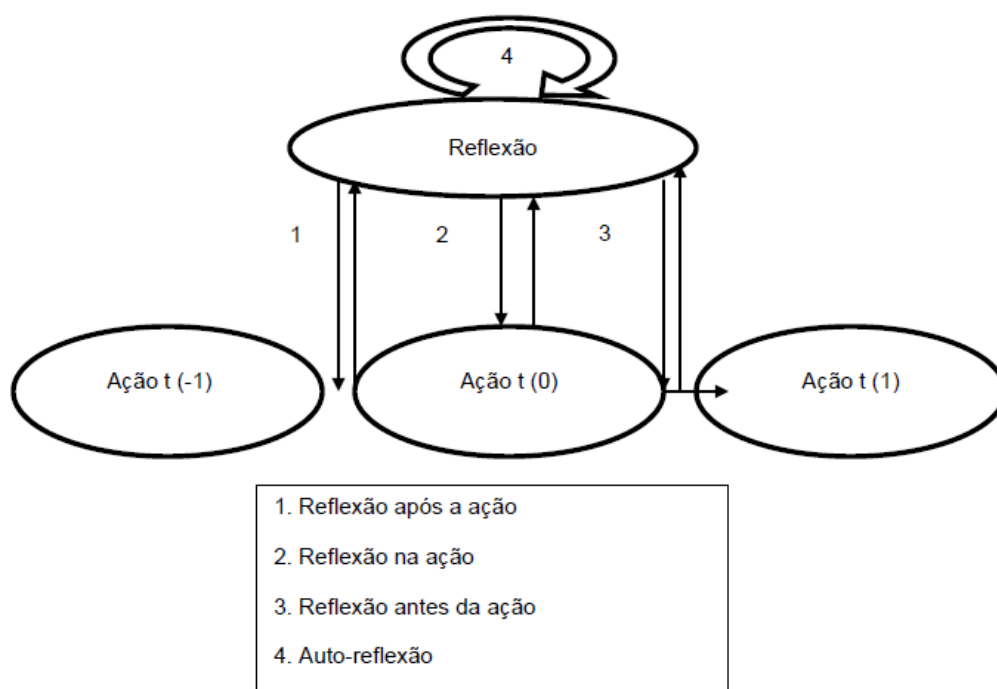
Quadro 3 – Tipologias de práticas avaliativas

Critérios de referência	Tipos de práticas avaliativas		
Grau de aproximação e participação do avaliador / equipa de avaliação no Projeto	Avaliação Externa	Avaliação Interna	_____
"Espaço de vida" de um Projeto	Avaliação Ex-ante	Avaliação Formativa	Avaliação Ex-post
Componentes de um Projeto	Avaliação de Desempenho e Conceptualização	Avaliação de Processo	Avaliação de Eficácia e Eficiência

Fonte: Monteiro, 1996

No entanto, Monteiro (1996) ainda ressalva que podem existir quatro níveis de reflexão num processo de avaliação: após a ação, no decorrer da ação, antes da ação e a autorreflexão (ver Esquema 3).

Esquema 3 – Níveis de reflexão em processo de avaliação



Fonte: cf. Foolen, 1992; cit. Monteiro, 1996

2.7 As possíveis correlações entre tipos e modos de avaliação

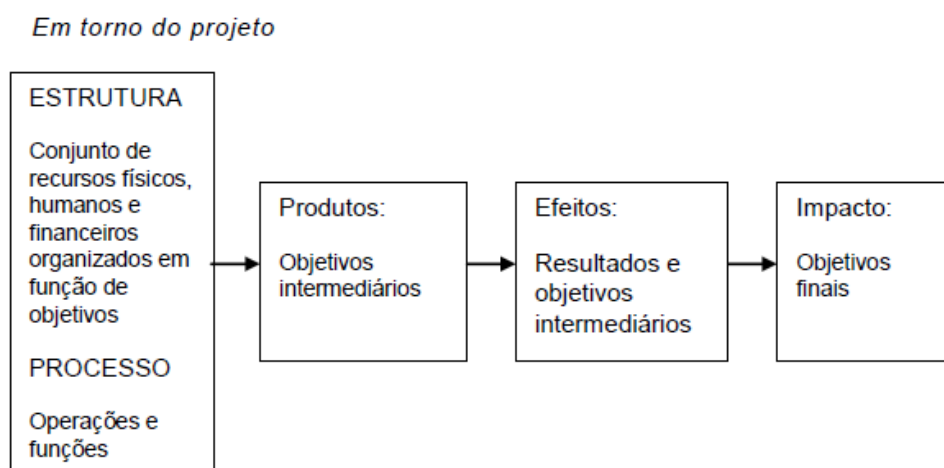
Capucha *et al.* (1996) consideram, entretanto, que podem existir correlações e articulações entre diferentes tipos e modos de avaliação e, neste sentido, consideram os seguintes exemplos:

- Autoavaliação contínua:
 - ✓ Com incidência sistémica e processual;
 - ✓ Destinatários: técnicos responsáveis, financiadores e às vezes beneficiários;
 - ✓ Resultados: relatórios e atas, formação, divulgação das inovações.
- Avaliação técnica de programas:
 - ✓ Com incidência na análise de desempenhos e resultados e no processo de implementação;
 - ✓ Destinatários: financiadores e responsáveis, e às vezes meios mediáticos e científicos;
 - ✓ Resultados: relatórios.
- Avaliação participada de programas:
 - ✓ Realizada nos projetos de grande dimensão e por avaliadores internos, procurando desenvolver análises processuais dos sistemas, dos objetivos dos programas e análises prospetivas, com orientação interativa;
 - ✓ Destinatários: de vária ordem;
 - ✓ Resultados: de vária ordem.
- Avaliação sistémica de programas:
 - ✓ Relativamente similar à avaliação participada de programas, mas recorre aos avaliadores externos;
 - ✓ Destinatários: de vária ordem;
 - ✓ Resultados: de vária ordem.

2.8 A relação entre qualidade do projeto e processo de avaliação

Um dos aspectos que nos parece particularmente importante é considerar o processo de avaliação como uma das dimensões do projeto de ação. A conceção e mesmo implementação de um processo de avaliação são, em grande medida, subsidiárias de uma mesma lógica de projeto, nomeadamente porque, por um lado, interessa definir e justificar o seu propósito, objetivos, hipóteses de análise, fases, programa de ações e metodologia, entre outros aspectos (ver Esquema 4). Por outro lado, qualquer processo de avaliação deve ter como ponto de partida a análise substantiva dos propósitos, objetivos, metas, estratégias e metodologias tencionadas pelo projeto.

Esquema 4 – O processo do projeto



Fonte: Cohen e Franco, 1999: 96

A relação entre projeto e o processo de avaliação verifica-se ainda através do facto de que, a qualidade de elaboração de um projeto, podem ser melhoradas com a realização de uma avaliação prévia. Neste sentido, no âmbito da conceção e desenvolvimento de processo de avaliação de um projeto é útil:

- Justificar quais são os propósitos do projeto;
- Descrever e explicar os objetivos do projeto;
- Julgar os resultados do projeto a partir das suas intenções.

Verifica-se ainda uma outra ligação entre projeto e processo de avaliação. Esta diz respeito à relação entre a dimensão (ou escala) dos projetos e a dos objetos de avaliação. Isto porque, o processo de avaliação se desenvolve a partir de escalas e dimensões de análise, podendo as mesmas serem muito diversificadas em função do âmbito da ação do projeto que pode ser local, regional, nacional, transnacional e global. Segundo Cohen e Franco (1999), os grandes projetos exigem uma estratégia mais analítica e objetiva, enquanto os pequenos projetos exigem uma estratégia mais qualitativa. Outros autores, apesar de não discordarem da relação entre estratégia de avaliação e a dimensão do projeto, consideram ainda que as estratégias de avaliação também dependem dos objetivos e da própria área de incidência do projeto. Em síntese, é fundamental considerar que a complexidade do processo de avaliação está muito dependente “da forma como o desenho da avaliação é concebido” (Capucha *et al.*, 1999).

Contudo, relativamente ao âmbito de incidência do projeto de avaliação, seguindo o raciocínio de Capucha *et al.* (1996), pode-se considerar os seguintes níveis de incidência:

- Sobre o desempenho dos intervenientes: relacionado com a capacidade dos intervenientes produzirem efeitos de mudança (utiliza variáveis que permitam medir resultados).
- Sobre o processo: relativo à avaliação sobre o desempenho dos intervenientes, mais a análise sobre a forma como se atingiu os objetivos (utiliza variáveis que, para além de medir os resultados, também incidem sobre a organização do projeto, gestão, coerência entre os objetivos, atividades, ações, meios).
- Sobre o sistema e processo: relativa à avaliação do processo, incidindo ainda sobre a análise dos objetivos e a sua pertinência relativamente a outros programas, atividades, projetos (utiliza ainda variáveis de análise da metodologia, dos aspectos organizacionais, dos riscos, estrutura, recursos, exequibilidade, eficiência, eficácia, etc.).
- Outros âmbitos da incidência da avaliação: a título de exemplo citam-se os seguintes: (i) prospetiva – relativa à análise de “cenários de evolução dos efeitos das intervenções” (Capucha *et al.*, 1996); (ii) dos destinatários

principais – relativa à análise das características de uso dos resultados pelos beneficiários do projeto e os seus promotores.

Para Cohen e Franco (1999) a avaliação proporciona diferentes tipos de efeitos nos projetos, destacando-se os seguintes:

- Induzidos: aqueles que são provocados.
- Procurados: aqueles que são antecipadamente previstos.
- Não procurados: ocorrem em decorrência da realização do projeto, podendo ser:
 - ✓ Previstos e sendo positivos quando não são centrais no conjunto dos resultados, e negativos quando prejudicam os resultados do projeto;
 - ✓ Derivados (ou não previstos), normalmente surgem devido a limitações ou a falta de conhecimento por parte de quem elaborou o projeto.

2.9 Objetivos operacionais, estratégias e lógicas de avaliação

O objetivo é “a situação que se deseja obter no final do período de duração do projeto, mediante a aplicação dos recursos e a realização das ações previstas” (Cohen e Franco, 1999). A definição de objetivos que sejam operacionais é uma condição prévia para o desenvolvimento da ação técnica. De acordo com Cohen e Franco (1999), consideram-se os seguintes tipos principais de objetivos:

- De resultado e de sistema:
 - ✓ De resultado: são os objetivos que tencionam modificar uma das parcelas da realidade a partir dos impactes do projeto;
 - ✓ De sistema: relacionam-se com os “interesses específicos da organização (sistema) que está encarregada da formulação e execução do projeto”.
- Originais e derivados:
 - ✓ Originais: relativos ao propósito central do projeto;
 - ✓ Derivados: relativos aos objetivos que surgem como consequência dos objetivos centrais / originais.

- Gerais e específicos:
 - ✓ Gerais: referente aos objetivos mais genéricos, vagos e com fracos níveis de operacionalização e avaliação;
 - ✓ Específicos: referente aos objetivos mais explícitos, sendo a sua operacionalização e execução mais facilitada.
- Únicos e múltiplos:
 - ✓ Únicos: relativos a uma única intenção;
 - ✓ Múltiplos: com vários objetivos, convindo que esses sejam complementares (apesar de poder existir concorrência entre os diferentes objetivos).
- Complementares, competitivos e indiferentes:
 - ✓ Complementares: sendo um dos objetivos atingidos, os outros são influenciados;
 - ✓ Competitivos: sendo um dos objetivos atingidos é difícil atingir os outros;
 - ✓ Indiferentes: o cumprimento de um dos objetivos não influencia os outros.
- Imediatos e mediatos:
 - ✓ Imediatos: são os objetivos que se pretende atingir a curto prazo;
 - ✓ Mediatos: são os objetivos que se pretende atingir a médio ou a longo prazo.

Cohen e Franco (1999) ainda consideram a existência de diferentes estratégias e lógicas de avaliação. Como estratégias de avaliação os autores consideram duas principais, respetivamente:

- Analítica e objetiva: aqui a avaliação é “decomposta nas dimensões do projeto”.
- Analítica e qualitativa: aqui a avaliação enfatiza a compreensão do “conjunto e dos casos individuais que o integram”.

Os autores também consideram duas lógicas principais de avaliação e que são as seguintes:

- Dedutiva: aqui os objetivos são considerados como causais e as hipóteses são articuladas entre si, sendo a sua verificação orientada no sentido de determinar o grau de modificação da realidade em função dos objetivos definidos pelo projeto; costuma ser usada nos projetos de grande dimensão.
- Indutiva: os objetivos são tomados como um todo e as hipóteses são de carácter geral, procurando-se avaliar as “convergências de valores, atitudes e comportamentos do grupo focal e, a partir disso, construir hipóteses em que sejam incluídos”; costuma ser usada nos projetos de menor dimensão.

2.10 Agentes, promotores e beneficiários de avaliação, e as suas racionalidades

De acordo com Cohen e Franco (1999) os principais agentes e promotores de um processo de avaliação são os seguintes:

- Decisores políticos e / ou dirigentes superiores:
 - ✓ Responsáveis pelas decisões, pela definição das políticas e atribuição de recursos (de acordo com os objetivos políticos ou da instituição);
 - ✓ Decidem e mantêm ou abrem canais para serem tomadas decisões.
- Técnicos:
 - ✓ Responsáveis pela aplicabilidade dos fins definidos pelas políticas, executam os projetos;
 - ✓ Fornecem instrumentos e meios para se cumprir com as finalidades e preparar as decisões, traduzem os modelos em prática.
- Administradores:
 - ✓ Responsáveis pelos procedimentos burocráticos, pela aplicação das normas e regras jurídicas, e pela distribuição de recursos.

Todavia podem existir conflitos entre as distintas racionalidades dos agentes e promotores da avaliação, a par das complementaridades entre as suas racionalidades. De acordo com Cohen e Franco (1999), os conflitos normalmente surgem pelos seguintes motivos:

- Quando o técnico “invade” o terreno político, ou quando a avaliação é negativa, os políticos que apoiaram o projeto podem sentir-se lesados.
- Devido ao facto de que os técnicos procuram otimizar os recursos disponíveis, enquanto os administradores tencionam aumentá-los, aspecto sobretudo recorrente quando a avaliação é negativa.
- As diferentes racionalidades e necessidades implicam, muitas vezes, diferentes tempos.

Os destinatários de um processo de avaliação, normalmente são:

- As pessoas, grupos ou organizações recetores, alvos ou beneficiários dos serviços / ações implementadas por um projeto.
- O universo ou a unidade de ação do projeto.
- Técnicos, dirigentes, instituições, grupos alvos, públicos difusos ou potenciais.

2.11 Dinâmicas de avaliação e tipos de políticas sociais

Para Cohen e Franco (1999) existem as seguintes dinâmicas de avaliação:

- Assistenciais: regidas pelo princípio da equidade, pretendem elevar os níveis de consumo de populações mais necessitadas.
- De investimento em recursos humanos: no curto, médio e longo prazo, procuram satisfazer as necessidades dos seus beneficiários, bem como da sociedade, no sentido de assegurar condições “de continuidade e desenvolvimento”; a curto prazo são regidas pelo princípio da equidade e procuram responder às necessidades dos beneficiários, enquanto a médio/longo prazo são regidas pelo princípio da eficiência procurando responder aos interesses da sociedade.
- Promocionais: predomina o princípio da eficiência a curto, médio ou longo prazo (ex.: programas de desenvolvimento de microempresas).

Ressalve-se que para os autores a política social deve ter como fim a promoção da equidade, bem como garantir níveis elevados de eficiência.

2.12 Dificuldades inerentes às dinâmicas e processos de avaliação

A avaliação não é um fim em si mesmo, pelo que relativamente aos resultados que a avaliação produz, frequentemente colocam-se algumas questões e/ou dúvidas. Cohen e Franco (1999) e Capucha *et al.* (1996) ressaltam o seguinte:

- Racionalização do processo de tomada de decisões? Como se justifica este processo? E é possível justificá-lo?
- Maximização dos objetivos no grupo de beneficiários? Justificação da necessidade de mais financiamento para a realização da avaliação ou de outras avaliações?
- Otimização dos recursos? Satisfação da comunidade científica?
- Como incorporar os resultados da avaliação em projetos pouco flexíveis? Como consciencializar políticos e técnicos dos resultados da avaliação e da necessidade de implementação de mudanças nos processos?
- Como evitar a sobrevalorização das necessidades académico-científicas e subvalorização da utilidade e interesse prático do processo de avaliação?
- Como passar de uma resistência à introdução de dinâmicas de racionalização dos processos à tomada de decisão? Como criar estruturas de negociação, comunicação e divulgação?
- Como identificar atores e agentes qualificados para desenvolverem um processo de avaliação? Qual é o papel dos atores e dos agentes envolvidos com o processo de avaliação nas atividades avaliadas? Existe interesse em formar um corpo técnico capacitado para o desenvolvimento deste tipo processo?

3 ETAPAS E ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

3.1 Metodologias de avaliação e de pesquisa social

As metodologias de avaliação e aquelas utilizadas na pesquisa social são muito próximas, já que ambas invocam modelos, instrumentos e técnicas recorrentemente utilizados pelas Ciências Sociais.

“A avaliação utiliza a metodologia da pesquisa como instrumento para determinar em que medida os projetos sociais alcançam seus objetivos. (..) Persegue, em última instância, racionalizar a alocação de recursos e, para isso trata de maximizar a eficiência e a eficácia das ações que são dirigidas a modificar segmentos da realidade” (Cohen e Franco, 1999).

A principal diferença entre a avaliação e a pesquisa social refere-se, em geral, não tanto aos métodos, mas sim aos fins, ou seja, a avaliação está objetivamente ligada à produção de resultados que alterem a realidade analisada. De acordo com Cohen e Franco (1999), as principais diferenças dizem respeito aos aspectos relacionados com os tipos de pesquisa social e de processo de avaliação e que remetem para o seguinte:

- Pesquisa “básica” ou “pura”: incrementa o conhecimento existente, enquanto a avaliação procura disponibilizar informação que permita aumentar a racionalidade.
- Pesquisa “aplicada” ou “investigação-ação”: aquela que produz conhecimento para mudar a realidade, sendo a especificidade da avaliação relativa à utilização de alguns métodos e técnicas como a análise do custo benefício e

custo efetividade, que não são necessariamente utilizados em pesquisa social.

3.2 A importância da realização de diagnósticos dos contextos de avaliação

O diagnóstico serve de suporte à elaboração dos planos, programas e projetos de intervenção e de avaliação, sendo ainda um instrumento de análise e conhecimento dos contextos de avaliação.

Existem algumas condições importantes para a garantia da eficácia do diagnóstico social e, neste sentido, do projeto, plano e/ou programa de intervenção. Uma delas é que a informação recolhida por esta ferramenta não seja tomada como estática, mas sim dinâmica.

Sempre que possível, é fundamental investir num processo que viabilize a realização continuada de diagnósticos, já que tal permite informar de forma dinâmica o projeto e corrigir ou afinar determinadas medidas e táticas de ação. Sobre esta condição pode-se ainda referir a ideia de avaliação ou monitorização continuada dos diagnósticos, pois tal permite a retroalimentação do sistema de forma a corrigir possíveis incoerências nos projetos e planos de ação.

Conforme refere Bonetti *et al.* (1991), a realização de diagnósticos dinâmicos dos contextos de envolvimento e abrangência dos planos, programas e projetos, é uma condição fundamental para que se evite a produção de imagens e caracterizações estáticas ou de imutabilidade dos contextos, e que, muitas vezes, é uma situação condicionada pela unilateralidade da análise dos problemas.

Um outro aspecto que importa garantir é a promoção de interatividade entre os distintos registos, diagnósticos e levantamentos (arquitetónico/urbanístico, tecnológico, arqueológico, etc.). Esta característica permite conhecer melhor o contexto – e que é multidimensional – em que se pretende intervir, como também melhor definir estratégias e medidas de ação.

Na realização do diagnóstico também importa garantir a participação efetiva dos diferentes atores sociais e institucionais relacionados com o contexto de intervenção.

Embora essa seja uma condição que possa parecer de difícil realização, é um bom ponto de partida para garantir o sucesso de um projeto de intervenção urbana².

3.2.1 Objetivos do diagnóstico

Em termos gerais, habilita-nos a conhecer e compreender o conjunto de dimensões que compõem uma dada realidade social, de modo a identificar e melhor definir os aspectos que, no decurso do processo social, detêm maior ou menor influência. Por outras palavras, permite identificar, definir e escalonar a procedência, o sentido e o carácter social dos problemas que afetam a realidade social.

Esta ferramenta possibilita a construção de variáveis de observação da realidade social – *formas de olhar*; a definição de formas de registo do que é observado, de modo a proceder à sua hierarquização e medição; à definição de formas de atuar sobre a realidade ou contexto social observado. Explicitando melhor, esta ferramenta permite:

- Fornecer informação sobre as condicionantes e consequências dos problemas, desse modo permitindo identificar tendências e situações-tipo.
- Estabelecer uma relação entre problemas e necessidades, de forma a pré-identificar meios de ação e tipos de acompanhamento social que tais medidas possam implicar.
- Identificar os recursos inerentes aos contextos e identificar meios de os potenciar.
- Estabelecer uma hierarquia de problemas e necessidades e identificar prioridades de intervenção.
- Pré-definir estratégias de ação que respondam às mudanças externas.
- Identificar as condições potenciais do sucesso de uma intervenção, bem como as condições que se coloquem como obstrutivas e como risco à ação propriamente dita.

² A participação dos diferentes atores sociais e institucionais pode ser acionada através de técnicas mais expeditas de pré-diagnóstico (como por exemplo: swot, walk-through).

De acordo com Cohen e Franco (1999), um bom diagnóstico corresponde aos seguintes objetivos:

- Descrever o que se pretende modificar a partir de um esquema ordenado de classificação, o que remete para uma categorização descritiva dos fenómenos.
- Explicar as “relações causais entre variáveis que determinam a situação atual, e cuja alteração permitirá modificá-la” (Cohen e Franco, 1999). No modelo explicativo devem estar incluídas “todas as dimensões e variáveis que permitam explicar o fenómeno ou processo que se estuda” (Cohen e Franco, 1999).
- Predizer o que resulta *a posteriori* da explicação. Subdivide-se em três tipos: (1) “sem o projeto – que é uma projeção das tendências observadas”; (2) “sem o projeto e com otimização da situação de base – que supõe não realizar o projeto mas racionalizar a alocação de recursos existentes na atualidade”; (3) “com o projeto – que introduz as modificações que se prevê que a sua execução gerará” (Cohen e Franco, 1999).

Um bom diagnóstico permite a passagem de hipóteses de análise a hipóteses de cunho mais operacional (Bonetti *et al.*, 1991).

Os diagnósticos sobretudo visam:

- Reparar as questões que se colocam para além de uma simples coleta/registo de informação.
- Identificar os problemas, os recursos e as potencialidades dos atores sociais.
- Uma aproximação global dos processos e dinâmicas socio-espaciais.
- “Confrontar as análises e hierarquizar os pontos de vista” (Marghieri *et al.*, 1991).

A realização de um bom diagnóstico dos contextos de avaliação faculta ainda:

- O estabelecimento de relações de comunicação com diferentes parceiros.
- A criação de dinâmicas de “negociação dos objetivos e proposições” (Marghieri *et al.*, 1991).

- O desenvolvimento de referências fundamentais para elaboração de um programa, plano e projeto de ação.

Na verdade, se encararmos o diagnóstico numa perspectiva dinâmica, o conhecimento produzido sobre o contexto, prende-se com a análise e avaliação dos seguintes aspectos (Bonetti *et al.*:1991):

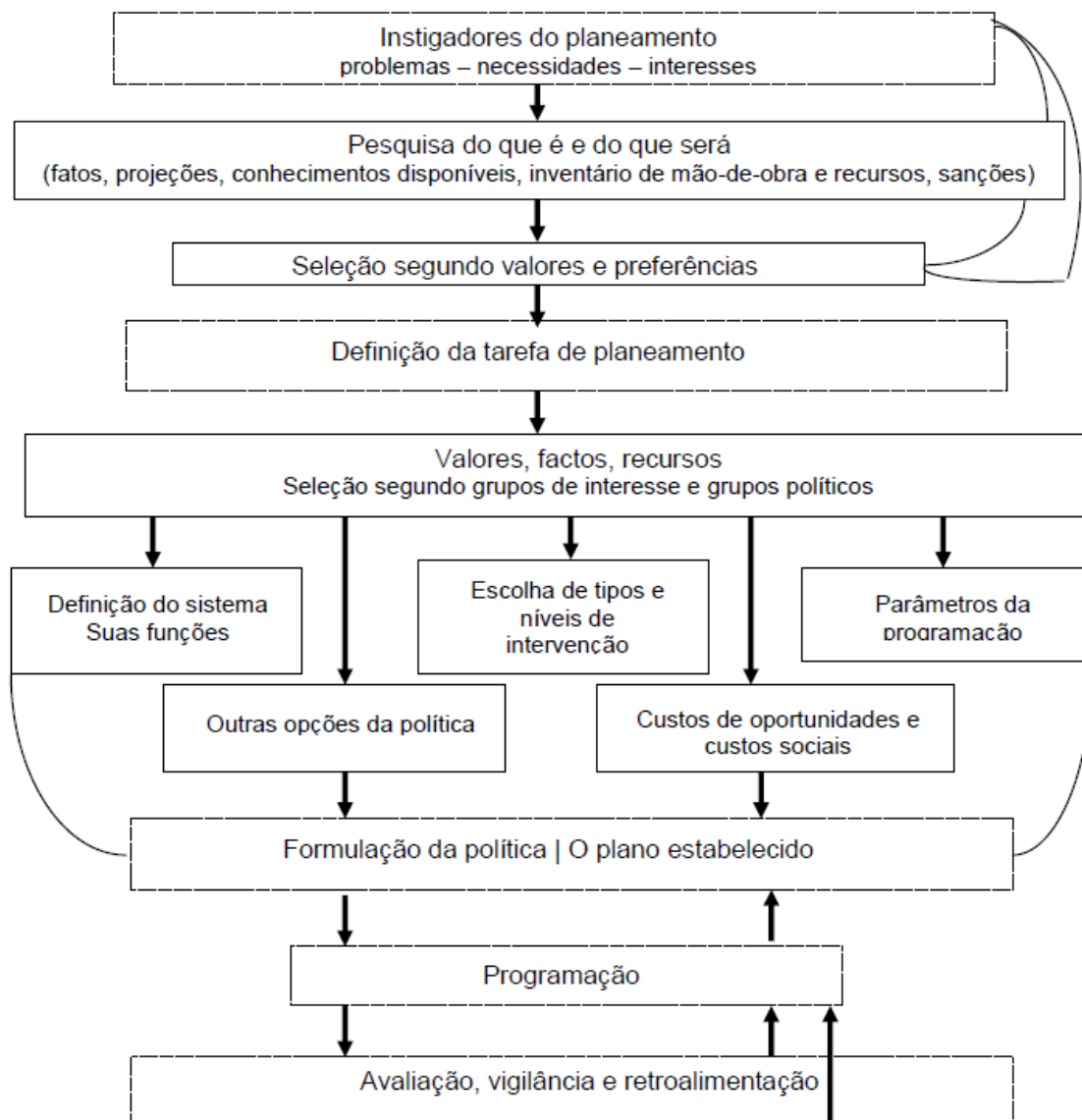
- Qualidade do sítio, do habitat e dos equipamentos.
- Competência de certos organismos.
- Capacidade de iniciativa dos agentes profissionais, de certos grupos sociais ou dos indivíduos.
- Embriões de projetos ou de iniciativas; meios físicos ou financeiros disponíveis ou mobilizáveis.
- Serviços de proximidade ou de gestão.
- Formas de solidariedade entre os habitantes ou de cooperação entre os atores.
- Suportes de identidade coletiva.
- Práticas inovadoras.

3.2.2 A relação entre diagnósticos dinâmicos, avaliação e retroalimentação do processo

A par do diagnóstico servir como suporte para a elaboração de dinâmicas e processos de ação e intervenção, negociação, comunicação, a partir do processo de retroalimentação do mesmo, é ainda um dos suportes da reprogramação do sistema (ver Esquema 5).

Conforme observa Cohen e Franco (1999), por um lado, a avaliação não é uma atividade isolada e autossuficiente, fazendo parte “do processo de planeamento da política social, gerando uma retroalimentação que permite escolher entre diversos projetos de acordo com sua eficácia e eficiência”; por outro lado, a avaliação analisa ainda os “resultados obtidos por esses projetos, criando a possibilidade de retificar as ações e reorientá-las em direção ao fim postulado” (Cohen e Franco, 1999).

Esquema 5 – O conceito de retroalimentação no processo de planeamento



Fonte: cf. Kahn, 1959, cit. Cohen e Franco, 1999: 75

De acordo com Bonetti (1990), a realização de um diagnóstico dinâmico e, por conseguinte, de uma avaliação dinâmica, salvaguarda os seguintes aspectos:

- Cria condições de interferência na lógica do desenvolvimento de um programa/projeto de ação.
- Permite acompanhar o desenvolvimento de um programa a partir dos seguintes aspectos:

- ✓ Da redefinição das orientações e das modalidades de utilização dos meios afetos aos programas, tendo em consideração as dificuldades encontradas a partir da análise das situações e das dinâmicas dos atores sociais;
- ✓ Do desenvolvimento de dinâmicas de comunicação e negociação;
- ✓ Da avaliação da posição de cada ator no sistema, dos interesses defendidos pelos distintos atores e agentes, da formação, da cultura, da ideologia, dos recursos e modos de sua utilização;
- ✓ Da reformulação dos enunciados dos problemas.

3.2.3 Os contextos de diagnóstico

Conhecer a especificidade da problemática dos contextos é fundamental, não só no momento de elaboração de planos, programas e projetos de intervenção, mas também para a elaboração do projeto de avaliação e respetivo processo de avaliação. Ter, assim, em consideração que “uma vez que o contexto é um elemento de grande relevo condicionante do processo avaliativo, a situação concreta em que este se desenrola aconselha muitas vezes que, em vez do modelo, idealmente adequado, se construam os melhores sistemas de avaliação possíveis” (Capucha *et al.*, 1996).

Por agora consideram-se os seguintes três principais contextos:

- Contextos socio-espaciais:
 - ✓ Características socio-demográficas, económicas, percursos socio-residenciais e trajetórias de vida;
 - ✓ Características geográficas, urbanas e urbanísticas;
 - ✓ Características históricas do contexto;
 - ✓ Perfil cultural: memórias, festas, rituais, dinâmicas de animação sociocultural, etc.;
 - ✓ Perfil de uso e apropriação dos contextos socio-espaciais (casa, rua, praça, jardim, bairro, espaço de trabalho, espaço de lazer), dos recursos existentes (serviços, equipamentos, instituições);

- ✓ As condições de risco e as situações-problemas: existência de problemas socio-espaciais, como delinquência, analfabetismo, desemprego, sem-abrigo, segregação socio-espacial, degradação social e ambiental, falta de condições de habitabilidade, falta de equipamentos;
 - ✓ Os recursos existentes: as situações, factos, momentos, objetos, pessoas, grupos, espaços, etc. que podem potenciar positivamente as dinâmicas de intervenção dos contextos;
 - ✓ Os processos de mudança: as dinâmicas de mudança endógena e exógena, as relações existentes entre essas mudanças e as intervenções já implementadas no contexto.
- Contextos socio-institucionais: características do envolvimento das instituições com os contextos socio-espaciais (as ações previstas e as já realizadas; o âmbito das ações; os objetivos atingidos e os não atingidos; a existência de parcerias com outras instituições; os recursos existentes – humanos, materiais, financeiros, educacionais, sanitários, de formação, urbanos).
 - Contextos operacionais: características sociais, técnicas institucionais, administrativas, de gestão, etc. (dos planos, programas e projetos de intervenção em termos dos objetivos, áreas, ações e estratégias).

3.2.4 Organizar, sistematizar e classificar as situações diagnosticadas

O diagnóstico permite identificar para cada um dos contextos de avaliação quais são as condições de risco e as situações-problemas, os recursos existentes e as dinâmicas de mudança (ver Quadro 4).

Antes de discutir o carácter social dos problemas que afetam determinados contextos urbanos onde se pretende desenvolver um projeto de intervenção, importa primeiramente definir como convém identificar as situações-problemas. Em concordância com Bonetti *et al.* (1991), parte-se do princípio que se deve adotar uma perspetiva dinâmica e relacional de diagnosticar os problemas. Isto porque, conforme também refere o autor:

- O modo como se definem os objetivos de análise dos problemas está intimamente relacionado com a resolução dos mesmos.
- A análise dos problemas deve estar associada à análise das organizações que tencionam intervir ou já intervieram nos contextos.
- É fundamental a posição dos atores sociais e as suas formas e modos de apreciação dos problemas e das suas interpretações acerca das possíveis soluções.
- A análise dos problemas e dos contextos deve ter em consideração a complexidade e a multiplicidade das dinâmicas e processos socio-espaciais.
- Os significados dos fenómenos observados devem ser interpretados.

Quadro 4 – Condições existentes nos contextos de intervenção

Condições de risco e as situações – problemas	Recursos existentes	Dinâmicas de mudança
Sobre o carácter social dos problemas, identificando a sua procedência e possíveis consequências.	As situações, os factos, os momentos, objetos, pessoas, grupos ou espaços (etc.), que possam de algum modo potenciar positivamente as dinâmicas de intervenção dos contextos.	As dinâmicas endógenas e exógenas, as relações existentes entre essas dinâmicas e as intervenções já implementadas no contexto.

A realização de um diagnóstico dinâmico do contexto de avaliação deve ainda considerar os problemas socio-espaciais no antes, no durante e no depois da implementação de projetos.

Importa ainda interpretar e organizar as situações diagnosticadas de forma a ser possível detetar quais aquelas que se mostram como uma condição potencial para o sucesso da intervenção, as que se manifestam como uma condição de obstrução às intenções de intervenção e, por fim, as que se podem revelar como um risco para o sucesso da intervenção (ver Quadro 5 e Quadro 6).

Quadro 5 – Organização das situações diagnosticadas

Condição potencial	Condição de obstrução	Risco para ação
<p>Situação ou característica local, física ou social, que encerra uma possibilidade imediata ou a prazo de facilitar a concretização de um ou mais objetivos definidos no âmbito da ação / intervenção.</p> <p>É uma condição definida independentemente da tomada de consciência por parte da população envolvida.</p>	<p>Situação ou característica local, física ou social que encerra a capacidade de dificultar, ou mesmo impedir, a concretização de um ou mais objetivos definidos no âmbito da ação.</p> <p>Pode ser entendida como inversa da condição potencial, e é igualmente independente da consciência que a população tem dela ou da avaliação que dela faz³.</p>	<p>Situação ou característica local, física ou social, decorrente da existência de condições potenciais e de obstrução.</p> <p>O risco para a ação traduz a possibilidade (risco latente) de ocorrência de efeitos não esperados / desejados e que podem contrariar um qualquer objetivo de ação, caso a condição de obstrução se revele superior à condição potencial.</p>

Quadro 6 – Exemplo de sistematização de situações diagnosticadas

Características do Bairro Casal Ventoso <small>(Menezes <i>et al.</i>, 1992)</small>	Condições		
	Potenciais	De obstrução	De risco para a ação
Socio-Históricas	Bairro de origem popular e operária com características socioculturais fortemente enraizadas; bairro com capacidade para empreender atividades económicas alternativas que suprem as carências do agregado familiar.	A população caracteriza-se por ter uma baixa qualificação profissional bem como insuficiências económicas; reprodução e desenvolvimento, num quadro estrutural de carências com tendências para o desenvolvimento de atividades ilícitas.	Esvaziamento das ações que respeitam à criação de empregos se não houver integração vertical das políticas de formação profissional, designadamente de cariz técnico que promovam a sustentação económica das famílias, desfavorecendo o recurso a práticas ilícitas para obtenção de rendimento. <i>Continua na pág. Seguinte ...</i>

³ Sociologicamente não tem sentido considerar as condições de obstrução à ação como simétricas das potenciais, sobretudo porque importa afastarmo-nos de uma lógica causal, de modo a que seja possível proporcionar a interação entre as distintas dinâmicas e dimensões de constituição do contexto de análise.

Socio-Demográficas	Elevado número de jovens; tendência para a formação de núcleos familiares endogâmicos; permanência da população no bairro ao longo do seu ciclo de vida.	Tendência para o envelhecimento da população; a população jovem não ativa é assediada para práticas associadas ao tráfico e consumo de droga; a reprodução de modos de vida é reforçada pela endogamia (efeito concha); a existência de uma população satélite e que sobretudo frequenta o bairro por causa do tráfico de droga; elevada taxa de dependência da população inativa sobre a ativa; desqualificação profissional e educacional.	... <i>Continuação do Quadro 6</i> A ausência de uma complementaridade entre as ações de integração social e emprego, e as iniciativas da saúde pública (planeamento familiar, prevenção primária e secundária de riscos sanitários), pode não evitar a tendência para a exclusão social e facultar a reprodução de riscos sociais; a criação de equipamentos de apoio social deverá, assim, não escamotear a necessidade de uma estratégia socio-educativa integrada e a gerir no âmbito do desenvolvimento urbano.
--------------------	--	--	---

3.3 Questões metodológicas relacionadas com a avaliação

3.3.1 Estratégias metodológicas de avaliação

No âmbito da literatura consultada, consideram-se na sua generalidade as seguintes principais estratégias metodológicas de avaliação:

- Quantitativas, qualitativas ou mistas:
 - ✓ Quantitativas: aquelas que sobretudo se apoiam em métodos e técnicas de teor quantitativo (estatísticas, análises de perguntas fechadas, análises fatoriais, etc.;
 - ✓ Qualitativas: aquelas que sobretudo se apoiam em métodos e técnicas que se socorrem de entrevistas e análise de perguntas abertas ou semi-

diretivas, análise documental, análise de caderno de notas, observação participante, análise de percursos de vida e/ou histórias de vida (etc.);

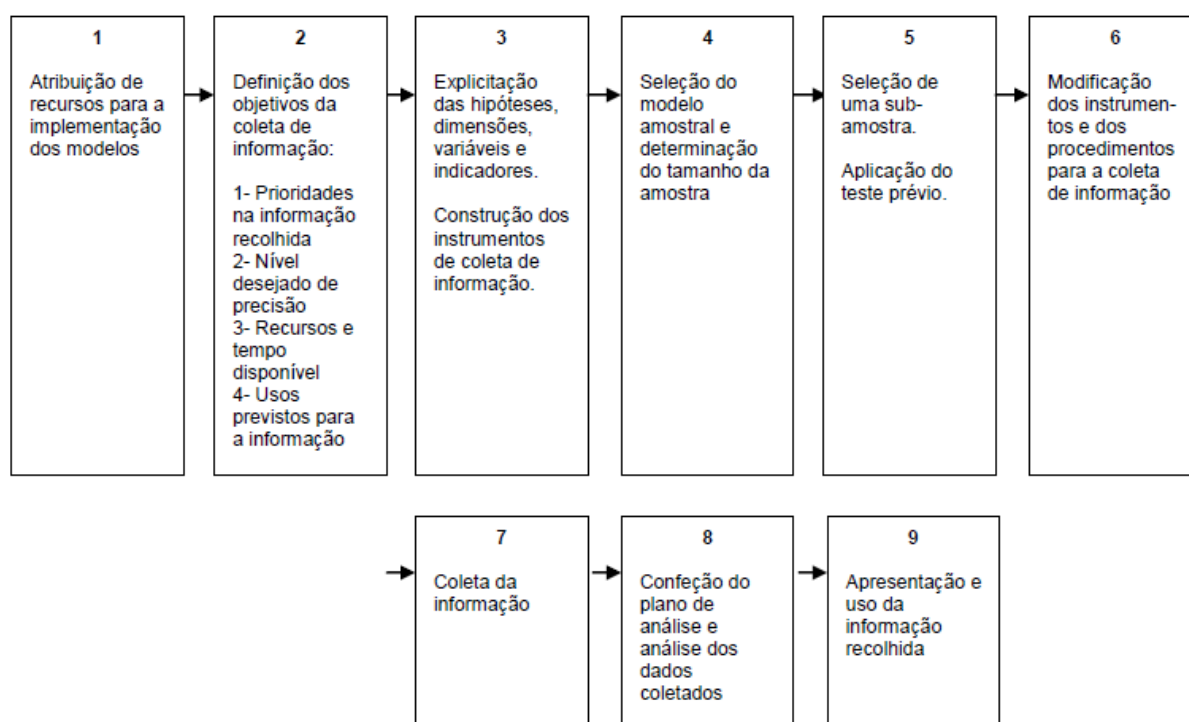
- ✓ Mistas: articula as metodologias quantitativas com as qualitativas.
- Método dos cenários / prospetivas, pontuais:
 - ✓ Método dos cenários / prospetiva – aquele que analisa o sistema, a estrutura e a estratégia de atores com o objetivo de construir cenários de explicação do presente e num sentido futuro (prospetiva);
 - ✓ Pontuais: localizadas em curtos períodos de tempo.
- Longitudinais, de experimentação, de observação:
 - ✓ Longitudinais: a análise verifica-se a partir de cortes em períodos de tempo;
 - ✓ Experimentação: relacionada com os métodos que procuram estabelecer uma relação entre causas e efeitos;
 - ✓ Observação: aquela que se baseia na observação e no registo de informação acerca dos atores, cenários, contextos e espaços.
- Comparativa: aquelas que privilegiam o confronto ou estabelecem um paralelismo entre diferentes situações, objetivos, projetos e resultados.
- Interativa: aquela que procura articular vários tipos de metodologia e técnicas em função dos interesses, objetivos e metas definidos pelo processo de avaliação.

3.3.2 Plano de análise

O desenvolvimento de um processo de avaliação necessita, assim como qualquer trabalho de pesquisa social, de um plano de análise. Cohen e Franco (1999) consideram que este plano tem algumas funções mais específicas, tais como: “(i) sintetizar a informação disponível em indicadores, (ii) escolher os métodos e técnicas que permitam utilizar a informação para alcançar os resultados procurados, (iii) apreciar a natureza dos indicadores e as escalas aplicáveis aos mesmos (de razão, de intervalo, ordinal, ou nominal) e, em função destas, selecionar as ferramentas estatísticas a serem utilizadas”. Contudo, a análise a efetuar pode não

necessariamente basear-se num procedimento de natureza estatística e quantitativa. Assim, o que aqui interessa salvaguardar é a importância da preparação de um plano de análise que, funcionando como um guia orientador da avaliação que se pretender realizar, especifique o tipo e a qualidade (e eventualmente a quantidade) de informação de que se necessita para responder aos objetivos da análise (que também deverão estar antecipadamente especificados); as técnicas e os instrumentos de recolha e análise de informação. À guisa de exemplo consultar a proposta dos autores conforme apresentada no Esquema 6.

Esquema 6 – Passos sequenciais na implementação dos modelos para a avaliação



Fonte: adaptado de Wholey (1979), cf. Cohen e Franco, 1999:150

3.3.3 Técnicas, instrumentos e procedimentos de estudo

As técnicas, instrumentos e procedimentos de análise variam em função do tipo, dimensão, escala e objetivos do projeto e em função da estratégia metodológica adotada. A título de exemplo de alguns procedimentos de estudo ver o Quadro 7 e os Esquemas 7 e 8, conforme seguidamente apresentados.

Alguns autores consideram que as técnicas de carácter mais quantitativo são utilizadas nos grandes projetos; enquanto as técnicas qualitativas são mais

utilizadas nos pequenos projetos, podendo entretanto trabalhar-se com as duas técnicas nos grandes projetos. Já outros autores salientam que a escolha das técnicas depende de vários e outros aspectos, devido à complexidade do social, dos projetos e da própria dinâmica de avaliação.

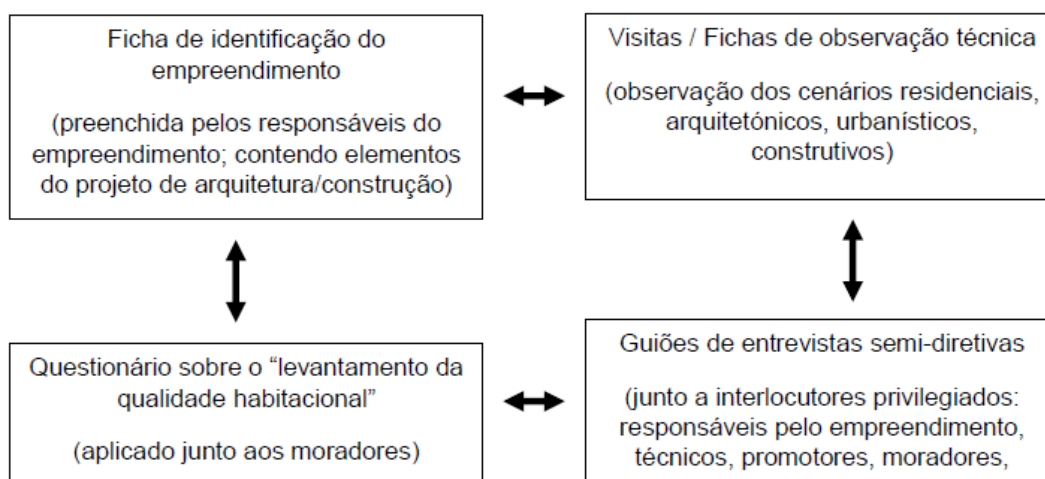
Quadro 7 – Dispositivo de avaliação processual de reabilitação urbana

	<i>Instrumentos e Procedimentos</i>	<i>Informativos / Quantitativos</i>	<i>Interativos / Qualitativos</i>
<i>Dimensões analíticas</i>	<i>Técnicas/ Construtivas</i>	A	B
	<i>Sociais / Relacionais</i>	C	D

Fonte: Firmino da Costa *et al.*, 1996

Relativamente aos tipos de dados a recolher, é de considerar que os mesmos estão diretamente relacionados com a metodologia (procedimentos, técnicas e instrumentos) escolhida para o desenvolvimento da análise e avaliação. Os dados podem ser de vários tipos – descritivos quantitativos, avaliativos, económicos, extensivos, intensivos, modelares, tipificados, formais, informais, etc.

Esquema 7 – Procedimentos e instrumentos de recolha de informação



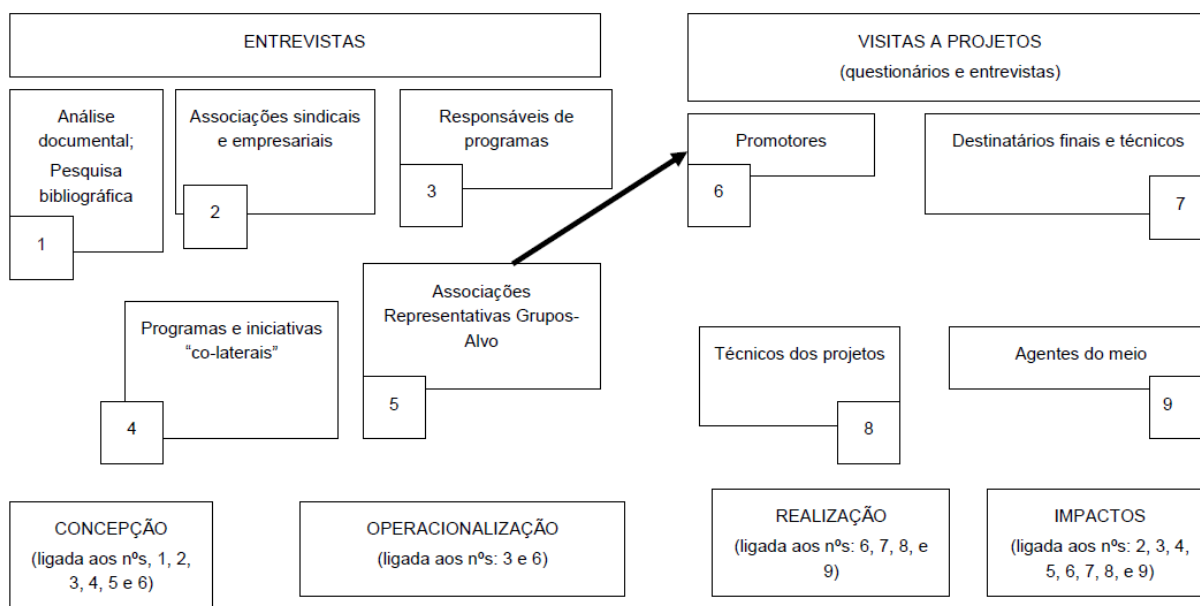
Fonte: Baptista Coelho *et al.*, 1995

Numa perspetiva metodológica interativa ter-se-á distintas tipologias de dados a analisar. Segundo Cohen e Franco (1999) o processo de recolha de informação pode ser explicitado a partir da seguinte relação:

INDAGAÇÃO ---> RESULTADO DA INDAGAÇÃO ---> DADO

As fontes de informação também variam em função dos objetivos da avaliação e da estratégia metodológica adotada. Em síntese, a informação pode ser de teor estatístico, documental, como derivar do desenvolvimento de entrevistas e inquéritos por questionários, da aplicação de técnicas grupais mais específicas como, por exemplo, painéis, SWOT, reuniões com interlocutores privilegiados, grupos focais, *brainstormings*, etc.

Esquema 8 – Instrumentos de recolha de informação e níveis de avaliação



Fonte: Pegado *et al.*, 1996

A análise da informação recolhida, em grande plano e muito genericamente, passará por considerar os seguintes passos:

- Codificação da informação.
- Análise de consistência das variáveis.
- Análise de conteúdo da informação.
- Análise da distribuição e da relação existente entre as variáveis.
- Análise da informação e da sua relação com os objetivos do projeto.
- Análise da informação e da sua relação com as hipóteses definidas pelo processo de avaliação.

- Comparação e relativização dos resultados.

Os pré-resultados poderão ser apresentados, entre outras formas potencialmente possíveis, através da elaboração de quadros interpretativos sobre:

- As ações e as estratégias dos diferentes atores.
- As relações entre objetivos, estratégias, ações implementadas e efeitos gerados.
- Os desafios e as possíveis estratégias, bem como os objetivos associados.
- A convergência e a divergência entre objetivos, ações e resultados verificados/a implementar/innovar.
- A identificação das dinâmicas mais e menos maleáveis à mudança.
- A generalidade dos resultados da avaliação (útil aos grandes projetos).
- As especificidades dos resultados de avaliação (útil aos pequenos projetos).

Os produtos de um processo de avaliação podem ser: relatórios, formação, promoção de debates em reuniões e com atas das reuniões, criação de base de dados, etc.

3.3.4 As variáveis, indicadores e metas de análise

As variáveis de análise são relativas aos elementos, dimensões ou aspectos subjacentes à explicitação discriminada dos fenómenos ou dos conceitos utilizados no projeto. De acordo com Cohen e Franco (1999) podem ser dos seguintes tipos:

- Variáveis condição: aquelas que “operam como parâmetro do projeto”, não se modificando com o desenvolvimento do projeto, sendo importantes para o conhecimento e descrição do fenómeno, contudo não contribuem para alteração do mesmo, nem tão pouco para a retroalimentação do processo.
- Variáveis instrumentais ou meios: aquelas que “constituem os elementos que serão utilizados na ação transformadora”, sendo as “únicas consideradas no diagnóstico, já que são as utilizadas para alcançar os fins do projeto”, são aquelas sobre a qual o projeto atua.
- Variável dependente ou objetivo: aquela que explicita o objetivo do projeto.

- Variável independente: aquela que influencia os objetivos do projeto.

Para apreciação global de um projeto podem-se tomar como variáveis de referência:

- Valores e conteúdos que identificam o projeto.
- Estratégias que permitem a materialização do projeto.
- Premissas, intenções, instrumentos e condições de realização do projeto.
- Interpretações e processos sociais que o projeto proporciona.
- Características de enquadramento do projeto no contexto da sua implementação.
- Motivos que deram origem ao projeto.
- Motivos que estimulam a continuidade do projeto.
- Adversidades do projeto.
- Estratégias de superação das adversidades.
- Condições de integração com outras dimensões do sistema.

A partir de um dado projeto educativo Cohen e Franco (1999) exemplificam as seguintes variáveis de análise:

- Projeto: educativo.
- Objetivo: melhorar o rendimento escolar no ensino primário no grupo de alunos com precariedade económica.
- Variável objetivo ou dependente: rendimento na aprendizagem.
- Variáveis independentes: estado nutricional, método pedagógico, infraestrutura escolar, coeficiente de inteligência dos alunos, nível socio-económico de suas famílias.
- Variável condição: coeficiente de inteligência dos alunos, nível socio-económico de suas famílias.
- Variável instrumento ou meio: estado nutricional, método pedagógico, infraestrutura escolar.

Cohen e Franco (1999) consideram ainda ser possível relacionar as diferentes variáveis, destacando as seguintes hipóteses de relação:

- Modelo 1
 - ✓ As variáveis instrumentais têm a mesma influência sobre a variável objetivo (resultado procurado), sendo estatisticamente equiponderadas.
 - ✓ As variáveis instrumentais são independentes entre si, sendo que a mudança numa delas não afeta a outra.
 - ✓ As alterações na variável objetivo não afetam as variáveis instrumentais, não havendo retroalimentação.
- Modelo 2
 - ✓ Cada uma das variáveis instrumentais tem um peso de influência diferenciado.
- Modelo 3
 - ✓ Uma das variáveis independentes é considerada com maior peso, e portanto influencia as outras, para além de afetar primordialmente a variável objetivo, sendo variáveis estatisticamente dependentes.
- Modelo 4
 - ✓ As modificações verificadas nas variáveis objetivo influenciam as variáveis instrumentais e vice e versa (existe retroalimentação).

Ao citar o exemplo de um Projeto Estratégico desenvolvido na Baixa Pombalina e cujo objetivo de estudo foi a identificação de cenários de desenvolvimento da Baixa, Perestrelo *et al.* (1999) consideraram as seguintes variáveis relevantes para a análise do sistema:

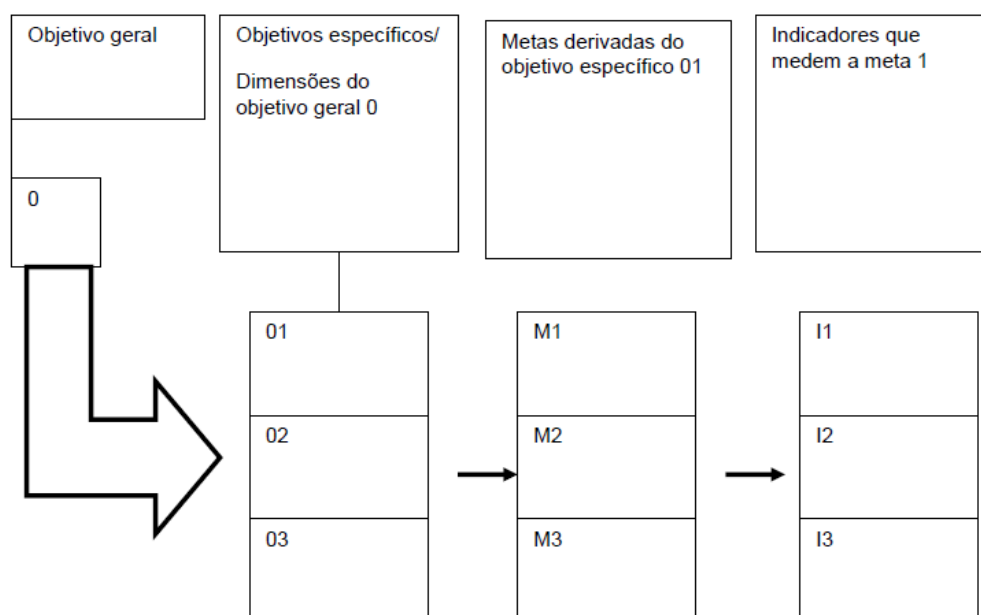
- Variáveis motrizes: Muito atuantes e pouco dependentes das outras variáveis, mas influenciam a dinâmica do sistema.
- Variáveis de resultado: Muito dependentes da dinâmica do sistema e pouco atuantes, com pouca influência no sistema.
- Variáveis chave: Muito dependentes e atuantes, influenciando o sistema.
- Variáveis excluídas: Pouco dependentes e pouco atuantes, fraca relevância para análise do sistema.

- Variáveis pelotão: Relativamente atuantes e dependentes, contudo são consideradas na análise por se ter dúvidas acerca da possibilidade de influência ou não no sistema.

Por indicador de análise Cohen e Franco (1999) entendem como sendo “a unidade que permite medir o alcance de um objetivo específico” (Cohen, *et al.*:1999) (ver Esquema 9).

A meta refere-se ao processo de quantificação e dimensionamento temporal e especial para o cumprimento de um dado objetivo.

Esquema 9 – Organograma exemplificativo dos objetivos e indicadores de avaliação



Fonte: Cohen e Franco, 1999: 154

3.3.5 Exemplos de grelhas de avaliação

Seguidamente citam-se alguns exemplos de grelhas de avaliação utilizadas em diferentes estudos de avaliação, observando-se que as adaptações às mesmas são da nossa inteira responsabilidade.

Exemplo 1 - cf. Baptista Coelho *et al.*, 1998

- Projeto: Análise ex-ante de um projeto de requalificação habitacional em Peniche.
- Sub-projeto: Análise socio-espacial do contexto.
 - ✓ Grelha de análise utilizada:

Quadro socio-económico	
Indicadores	Relação entre os dados recolhidos e a proposta de intervenção
Identificação dos dados correspondentes	Análise relacional Estabelecimento de uma relação entre os dados descritos por cada um dos indicadores e a proposta de requalificação Objetivo desta análise: detetar qual o poder de influência dos aspectos socio-espaciais na intervenção

Quadro socio-ambiental	
Indicadores	Relação entre os dados recolhidos e a proposta de intervenção
Identificação dos dados correspondentes	Análise relacional

Exemplo 2 – cf. Firmino da Costa *et al.*, 1996

(Obs: adaptação da nossa responsabilidade)

- Projeto: Avaliação processual em reabilitação urbana.
 - ✓ Grelha com informação pormenorizada dos conteúdos debatidos em reuniões com interlocutores privilegiados:

Tipos de intervenção

Descrição dos atores sociais e socio-institucionais envolvidos

Problemas e questões colocadas

Descrição dos problemas e questões colocadas por cada um dos tipos de atores

Propostas de solução

Descrição das propostas de solução apresentadas por cada um dos tipos de atores

Críticas

As posições e críticas apresentadas por cada um dos tipos de atores relativamente às ações dos outros

Apoios


Descrição do tipo de apoio que cada um dos atores se propõe a implementar como estímulo ao projeto

Dúvidas, comentários e expectativas

Levantadas por cada um dos atores

- ✓ Grelha de recolha de informação das dinâmicas e das estratégias protagonizadas pelos atores sociais envolvidos (leitura diacrónica da informação):
 - ✓ Cronologia geral do processo.
 - ✓ Mapa de evolução dos problemas e propostas de solução.
 - ✓ Matriz dinâmica geral do processo.
 - ✓ Gráfico de pertinências.
- ✓ Exemplo da grelha de recolha de informação cronológica:

Datas de referência da dinâmica de reabilitação urbana em Lisboa	Descrição das ações desenvolvidas em cada uma das datas referidas
--	---

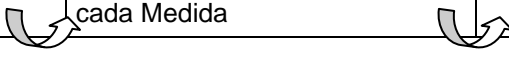


Exemplo 4 – cf. Pegado *et al.*,1996

(OBS: Adaptação da nossa responsabilidade)

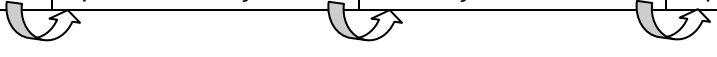
- Projeto: Acompanhamento e Avaliação do Programa Horizon
- ✓ Grelha 1: Descrição das medidas do programa

Medida	Ações apoiadas no âmbito de cada Medida	População Destinatária
--------	---	------------------------



- ✓ Grelha 2: Descrição das dimensões de análise e respetivas variáveis

Conceção	Operacionalização	Realização	Impactes
----------	-------------------	------------	----------



Exemplo 5 – cf. Ferrão, 1996

(Obs: adaptação da nossa responsabilidade)

- Projeto: Avaliação comunitária de programas regionais.

✓ Grelha:

Objetos e Conteúdos mais relevantes do processo de avaliação de um programa	
Blocos analíticos/objetos da avaliação	Conteúdos mais relevantes
Bloco A – Conceção do programa Objeto de avaliação: lógica do programa	Pertinência da estratégia Qualidade da estratégia Coerência e complementaridades internas Coerência e complementaridades «externas» Pormenorização e rigor na identificação das realizações previstas e dos respetivos executores e beneficiários Precisão na identificação do valor acrescentado comunitário
Bloco B – Gestão e acompanhamento do programa Objeto de avaliação: processo de implementação do programa	Programação Afetação orçamental e articulação com regulamentos Funcionamento dos mecanismos de gestão administrativa e financeira Divulgação e promoção do programa Envolvimento dos atores alvos e parcerias Critérios de seleção dos projetos candidatos Funcionamento do sistema de acompanhamento
Bloco C – Execução e resultados do programa Objeto de avaliação: ações e projetos executados	Grau de execução das realizações previstas Eficiência das ações e projetos executados Eficácia das ações e dos projetos executados Efeitos indiretos e/ou imprevistos
Bloco D – Difusão e utilização dos resultados da avaliação Objeto de avaliação: grau de acolhimento e repercussão dos resultados da avaliação	Utilidade instrumental Utilidade estratégica Utilidade substantiva

Exemplo 6 – cf. Huet, 1993

(Obs.: adaptação da nossa responsabilidade)

- Projeto: Avaliação dos equipamentos socioculturais em Rennes.
 - ✓ A informação foi recolhida a partir de 3 estratégias:
 - ✓ Análise estatística dos públicos aderentes aos equipamentos;
 - ✓ Investigação aprofundada do funcionamento e das atividades de cada um dos equipamentos;
 - ✓ Avaliação qualificada numa ótica da “antropologia da reciprocidade”;
 - ✓ A atividade de investigação e recolha de informação;
 - ✓ Reuniões com os parceiros.
 - ✓ Grelha dos objetivos de análise das reuniões realizadas com os parceiros:

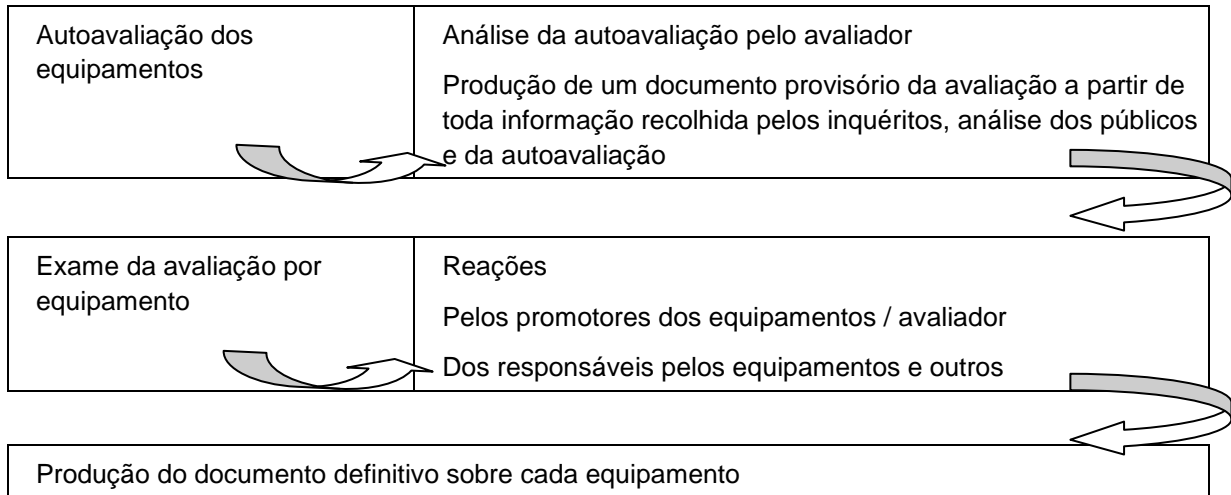
Opinião dos parceiros	→	Relativamente aos Públicos
Críticas Posições Contribuições		Análise: das opiniões em categorias e modos de acesso Objetivo: conhecer a utilidade dos equipamentos

- ✓ Levantamento de informação sobre os públicos utentes e os equipamentos:

Instrumento	Metodologia e técnicas de recolha de informação
Inquéritos/ Observação	Visitas Observação dos lugares e atividades Reuniões com os responsáveis pelos equipamentos Exame de documentação Participação em assembleias
Ficha	Equipamentos e atividades Caracterização dos aderentes
Grelha	Níveis de frequência dos equipamentos
<i>Dossiers</i>	Dos equipamentos: a partir de investigação documental aprofundada (informação física, trabalhos já efetuados, pesquisas, memórias, artigos, etc.)

- ✓ Elaboração da grelha de avaliação (em três fases):
 - ✓ Elaboração e proposição de uma grelha de avaliação;
 - ✓ Discussão acerca da grelha com o comité de pilotagem;
 - ✓ Definição da grelha conjuntamente com os avaliadores e o comité de pilotagem.

- ✓ Processo de avaliação:



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento procurou sobretudo dar uma ideia generalizada da importância da avaliação no âmbito de processos de intervenção urbana e socio-espacial, deste modo fornecendo alguns eixos gerais e introdutórios sobre a temática. Neste sentido, os três principais capítulos deste documento – capítulos 1, 2 e 3 – incidiram sobre os seguintes aspectos:

Capítulo 1 – Necessidade e relevância da avaliação

Neste capítulo discutiu-se as vantagens e os contributos da implementação de um processo de avaliação, nomeadamente através dos seguintes aspectos:

- Na melhoria no funcionamento das instituições, na condução, gestão e operacionalização dos planos, programas e projetos; na sistematização do conhecimento da informação que se vai produzindo, na escolha de prioridades, tomada de decisões e das situações mais ou menos manipuláveis; na promoção de dinâmicas de difusão, informação, participação e negociação das dinâmicas de mudança; na formação dos atores envolvidos com o processo e no desempenho profissional; nas dinâmicas de prestação de contas, apuramento de resultados e desempenhos.
- Na reorientação das políticas, programas, planos e projetos sociais: desenvolvimento de práticas mais compensatórias, equitativas e na definição de prioridades; aumento da eficiência dos gastos sociais; melhoria na utilização dos serviços; inovar e avançar ao nível do conhecimento técnico; elevar os níveis de utilização dos recursos; inovar o sistema institucional.
- Utilidades da implementação de uma dinâmica / processo de avaliação em trabalho social (como utilidade: instrumental, estratégica e substantiva).

Capítulo 2 – Tipos, modos e etapas de avaliação

Neste capítulo abordaram-se os seguintes aspectos:

- Ideias, conceitos, tipos e modos de avaliação de projetos sociais:
 - ✓ A(s) ideia(s) de avaliação: a avaliação indutiva (formas intuitivas dos atores procederem às dinâmicas de avaliação das suas ações na rotina do seu quotidiano) e a avaliação deliberada (racionalização da dinâmica e do processo de avaliação).
 - ✓ Conceitos de avaliação.
 - ✓ Os modos de racionalização de um processo de avaliação: produção de conhecimento e a gestão de programas.
 - ✓ Os modos de avaliação: a autoavaliação ou avaliação interna, avaliação externa, avaliação mista e a avaliação participativa.
 - ✓ As vantagens e desvantagens da autoavaliação, da avaliação externa, da avaliação mista e da avaliação participativa.
 - ✓ Os tipos de avaliação: prévia (ex-ante), de acompanhamento (on-going), de impacte (ex-post) (subdividida em: avaliação de processos ou continuada e a avaliação de impacte) e interativa.
 - ✓ As vantagens e desvantagens da avaliação prévia (ex-ante), da avaliação de acompanhamento (on-going), da avaliação de impacte (ex-post) e interativa.
- Os critérios de avaliação: a eficácia, a eficiência, a adesão, a pertinência, a complementaridade, a coesão, a confiabilidade e a equidade.
- A íntima relação entre a qualidade do projeto de intervenção socio-espacial e a construção de um processo / projeto de avaliação.
- Da dimensão dos projetos de intervenção à dimensão dos objetos de avaliação.
- A definição de objetivos operacionais de intervenção e a suas relações com uma perspectiva de avaliação.

- Os distintos tipos de objetivos: de resultado e de sistema; originais e derivados; gerais e específicos; únicos e múltiplos; complementares, competitivos e indiferentes; imediatos e mediatos.
- As estratégias da avaliação: analítica e objetiva (normalmente nos grandes projetos); qualitativa (normalmente nos pequenos projetos).
- Lógicas de avaliação: dedutiva (normalmente nos grandes projetos) e indutiva (normalmente nos pequenos projetos).
- O âmbito estratégico das dinâmicas e processos de avaliação: a medição de resultados, incidência sobre o processo a partir de uma avaliação sistémica e processual, produção de análises prospetivas, definição de destinatários prioritários.
- As possíveis correlações entre modos e tipos de avaliação: autoavaliação contínua, avaliação técnica de programas, avaliação participada de programas, avaliação sistémica de programas.
- A avaliação dos efeitos / impactes dos projetos: os efeitos induzidos, os efeitos desejados (procurados e previstos) e os indesejados (não procurados e imprevistos), os efeitos derivados.
- O papel e o âmbito das ações e necessidades dos decisores políticos, dos técnicos e dos administradores de um processo intervenção.
- Os conflitos entre os distintos agentes / promotores envolvidos com uma dinâmica de avaliação.
- Destinatários de uma dinâmica / processo de avaliação: técnicos, dirigentes, instituições, grupos alvo, públicos difusos ou potenciais.
- A relação entre destinatários e as necessidades numa dinâmica / processo de avaliação.
- A relação entre as dinâmicas / processos de avaliação e as características das políticas e/ou projetos sociais (assistenciais, de investimento em recursos humanos ou promocionais).
- As dificuldades inerentes às dinâmicas e processos de avaliação.

Capítulo 3 – Etapas e estratégias de implementação de uma metodologia de avaliação

Neste capítulo discutiram-se os seguintes aspectos:

- Metodologias de avaliação e de pesquisa social: a proximidade entre as metodologias de avaliação e as metodologias de investigação / pesquisa social.
- Metodologias de avaliação: quantitativas, qualitativas e mistas; ou ainda os métodos: dos cenários, pontuais, comparativos, prospetivos, longitudinais, de experimentação, de observação e os interativos.
- Estratégias metodológicas de avaliação.
- Relação entre diagnósticos socio-espaciais dinâmicos, projeto, programa e avaliação da intervenção:
 - ✓ O papel dos diagnósticos na construção de um programa e de um projeto de intervenção.
 - ✓ A adequação entre análise socio-espacial, resultados da análise e programas de atividades num processo de avaliação.
 - ✓ A dinâmica de retroalimentação dos programas, planos e projetos a partir dos diagnósticos continuados.
 - ✓ Os objetivos do diagnóstico numa dinâmica / processo de avaliação: descrever, explicar e prever.
 - ✓ A construção de diagnósticos a partir do registo dos aspectos / características socio-espaciais percebidas.
 - ✓ Os diagnósticos contínuos e interativos.
 - ✓ A correlação entre diagnósticos, planos, programas, projetos de intervenção e de avaliação.
- Identificação dos problemas de âmbito socio-espacial no antes, no durante e no depois da implementação de projetos:
 - ✓ Os problemas sociais e a sua relação com os planos, programas e projetos de intervenção em termos dos objetivos, áreas e ações.

- ✓ Análise dos factos / fatores potenciais à produção e/ou reprodução de situações socio-espaciais desqualificadas, degradadas e de segregação.
- ✓ As distintas situações de risco e/ou problemáticas e o risco em «estado de contenção».
- Os contextos de diagnóstico:
 - ✓ Contextos socio-espaciais de intervenção: o perfil social (características socio-demográficas e económicas); as características geográficas, históricas e culturais dos contextos; as características de uso, apropriação dos contextos e dos recursos existentes; os problemas e as potencialidades dos contextos; os processos de mudança socio-espacial (as relações entre as mudanças endógenas e exógenas e em que medida tais mudanças se encontram relacionadas com intervenções já implementadas no contexto).
 - ✓ Contextos socio-institucionais de intervenção: o perfil socio-institucional envolvido com os contextos socio-espaciais (as características, as ações previstas e realizadas, os objetivos das ações – quem são? O que fazem? O que já fizeram? Quais os objetivos atingidos e quais não foram? Já trabalharam em parceria com outros atores sociais e socio-institucionais? Quais os recursos existentes (humanos, materiais, financeiros, educacionais, sanitários urbanos, etc.).
 - ✓ Contextos operacionais de desenvolvimento dos planos, programas e projetos de intervenção em termos dos objetivos, áreas, ações e estratégias.
- Tipos de dados recolhidos durante um processo de avaliação: descritivos, quantitativos, avaliativos, económicos, extensivos, intensivos, modelares, tipificados, processuais, formais e informais.
- As principais fontes de informação: estatísticas, documentais, entrevistas, questionários, painéis e observação dos contextos de análise.
- As principais formas de coleta de dados: relacionada com os tipos de contextos (informais, formais não-estruturados e formais estruturados) e com os resultados da indagação (atos: verbais, de observação e escritos).

- Técnicas de análise e avaliação: nos projetos de grande dimensão são normalmente quantitativas e, eventualmente complementadas por técnicas mais qualitativas; nos projetos de pequena dimensão são normalmente utilizadas técnicas mais qualitativas.
- Instrumentos e procedimentos: informativos / quantitativos, interativos / qualitativos.
- Os possíveis roteiros de avaliação: experimental (normalmente nos grandes projetos) e articulador (normalmente nos pequenos projetos).
- A definição das etapas da metodologia a utilizar-se na avaliação: a construção de um projeto de avaliação (a definição do universo de análise; a definição das unidades de análise; a construção de hipóteses; a construção de um modelo de amostra; o plano de análise; os instrumentos de coleta de dados; as formas e passos do processamento e as técnicas a serem utilizadas).
- A definição das etapas de análise dos dados recolhidos: a codificação, a análise da consistência das variáveis e a análise da distribuição e da relação existente entre as variáveis.
- A definição de etapas de avaliação: os diagnósticos (antes, depois e durante); a identificação dos atores e das instituições envolvidas e alvos da intervenção; a definição de estratégias metodológicas e técnicas de recolha de informação (a partir de métodos e técnicas variados); a construção de quadros de ações e de estratégias dos diferentes atores (grupo alvo da intervenção, atores socio-institucionais); a definição de um quadro de relações entre objetivos, estratégias e ações implementadas e os distintos efeitos gerados; a construção de um quadro de desafios e possíveis estratégias e objetivos associados; a construção de um quadro de convergência e divergência entre objetivos, ações e resultados implementados e a implementar / inovar; a definição de um quadro de prioridades e graus de envolvimento dos distintos atores; a construção de um quadro de identificação das dinâmicas mais e menos maleáveis à mudança.
- Resultados da avaliação: gerais (normalmente nos grandes projetos) e específicos (normalmente nos pequenos projetos).

- Identificação de indicadores e das variáveis de avaliação (variáveis-condição e variáveis instrumentais).
- Construção de grelhas avaliativas.
- Os produtos de um processo de avaliação (relatórios, formação, debates, atas, base de dados).

5 BIBLIOGRAFIA CITADA

BAPTISTA COELHO, A.; FREITAS, M. J.; REIS CABRITA, A.; BRANCO, J. P.; MENEZES, M.; REIS, S.; LEÇA COELHO; A. (1995) – 1ª Análise Retrospectiva do Parque Financiado pelo INH nos anos 1985/87. Lisboa, LNEC, Relatório 347/95 - NA (confidencial).

BAPTISTA COELHO, António; BRANCO, João P.; MENEZES, Marlucci (1998) – Participação do LNEC na Operação Arco-Íris. Lisboa, LNEC, Nota Técnica 1/98 – NA.

BONETTI, Michel (1990) – “Évaluation dynamique et programmation générative du développement social”, in Les Annales de la Recherche Urbaine, nº 47, Paris.

BONETTI, Michel; CONAN, Michel; ALLEN, Barbara (1991) – Développement Social Urbain, Stratégies et Méthodes. Paris, L’Harmattan.

CAPUCHA, Luís; ALMEIDA, J. Ferreira; PEDROSO, Paulo; SILVA, José A. V. da (1996) – “Metodologias de Avaliação: o estado da arte em Portugal”, in Sociologia Problemas e Práticas – Metodologias de Avaliação, nº 22, ISCTE, Lisboa.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando (1999) – Avaliação de Projetos Sociais. Rio de Janeiro, Ed. Vozes.

FERRÃO, João (1996) – “A avaliação comunitária de programas regionais: aspectos de uma experiência recente”, in Sociologia Problemas e Práticas – Metodologias de Avaliação, nº 22, Lisboa, ISCTE.

FIRMINO DA COSTA, A.; ALVES, João Emília (1996) – “Avaliação processual em reabilitação urbana: conceitos e instrumentos”, in Sociologia Problemas e Práticas – Metodologias de Avaliação, nº 22, Lisboa, ISCTE.

GAUJELAC, Vincent de (1990) – “De la mesure eu tout! Évaluation et développement social”, in Les Annales de la Recherche Urbaine, nº 47, Paris.

HUET, Arnel (1993) – “Activité cognitive et production sociale du jugement dans la démarche d'évaluation. L'évaluation des équipements socioculturels de Rennes, 1989-1992”, in SAUVAGE, André (org.) – Évaluation et Jugement – Actes du Séminaires de Rennes – février 1993, SAUVAGE, André (org); Rennes, LARES – Univiersité de Rennes 2.

JOUVE, Bernard; MONNIER, Eric (1994) – “Les composants-types de l'évaluation”, in Évaluation et Judgement – Actes du Séminaires de Rennes – février 1993, SAUVAGE, André (org). Rennes, LARES – Univiersité de Rennes 2.

MARGHIERI, Isabelle (org) (1989) – “Les Methodes de Diagnostic”, in Evaluation Endoformative des Pratiques Locales des Operateurs en Matiere de Rehabilitation, Paris, CSTB.

MENEZES, Marluci (2001) – Análise à satisfação, uso e apropriação residencial - 2ª Análise Retrospectiva do Parque Financiado pelo INH. Lisboa, LNEC, Nota Técnica 01/2001 - GES.

MENEZES, Marluci; REBELO, Margarida; CRAVEIRO, João (1992). Bairro Casal Ventoso – Elementos para uma caracterização sócio-ecológica. Lisboa, LNEC, ITECS 17.

MONTEIRO, Alcides (1996) – “A avaliação nos projetos de intervenção social”, in Sociologia Problemas e Práticas – Metodologias de Avaliação, nº 22, Lisboa, ISCTE.

PEGADO, E. *et.al.* (1996) – “Sistema de Acompanhamento e Avaliação do Programa Horizon”, in Sociologia Problemas e Práticas – Metodologias de Avaliação, nº 22, Lisboa, ISCTE.

PERESTRELO, Margarida; CALDAS, José M. C. (1996) – “Estratégia de actores: prospectiva e avaliação”, in Sociologia Problemas e Práticas – Metodologias de Avaliação, nº 22, Lisboa, ISCTE.

Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, novembro de 2012

VISTO

A Chefe do Núcleo de Ecologia Social



Marluci Menezes

AUTORIA



Marluci Menezes
Geógrafa/Antropóloga
Investigadora Auxiliar

O Diretor do Departamento de Edifícios



Jorge M. Grandão Lopes

ANEXO – BIBLIOGRAFIA TEMÁTICA DE APOIO

ABALLEA, François (1989) – L'évaluation qualitative: approche méthodologique, in Recherche Sociale, nº 111, Paris (FORS).

Actas do II Encontro “Qualificação/Requalificação de Áreas Habitacionais (1997) – Fórum Habitação, Lisboa, INH.

ALLEN, Barbara; BONETTI, Michel (1991) – Methode d'elaboration de projects locaux d'insertion por l'habitat. Paris, CSTB.

ALLEN, Barbara; BONETTI, Michel; SALIGNON, Bernard; SECHET, Patrice (1990) – Enseignements methodologiques sur l'elaboration des projects issus des experimentation, Plan Construction et Architecture, Paris, CSTB.

ARBORIO, Anne-Marie; FOUNIER, Pierre (1999) – L'enquête et ses Méthodes: L'Observation Directe. Paris, Nathan Université.

AUBRET, Jacques; GILBERT, Patrick; PIGEYRE, Frédérique (1993) – Savoir et pouvoir: les compétences en questions. Paris, Presses Universitaires de France.

BAMBERGER, Michael; HEWITT, Eleanor (1990) – Monitoring and evaluating urban development programs: a handbook for program managers and researchers. Washington, The World Bank.

BARATA, Joaquim Martins (2004) – *Elaboração e Avaliação de Projetos*. Oeiras, Celta Editora.

BARBIER, Jean-Marie (1985) – *A avaliação em formação*. Porto, Edições Afrontamento.

BARBIER, Jean-Marie (1996) – *Elaboração de projetos de ação e planificação*. Porto, Porto Editora [BARBIER, Jean-Marie (1991) – *Élaboration de projets d'action et planification*. Paris, Presses Universitaires de France, Coleção (Pédagogie d'aujourd'hui)].

BARDIN, L. (1977) – *Análise de Conteúdo*. Edições 70, Lisboa.

BARKER, R, SHOGGEN, P. (1973) – *Qualities of Community Life*. London Jossey - Bass Publishers.

BEAUDOUX, Etienne *et al.* (1992) – *Cheminevements d'une action de developpement: de l'identification à l'évaluation*. Paris, L'Harmattan.

BERNARD, H. Russel (1988) – *Research Methods in Cultural Anthropology*. London, SAGE Publications.

BERNARDO, António Correia (1997) – *Metodologias multicritério de avaliação do impacte económico-social dos investimentos e sua aplicação a um caso concreto*. Lisboa, ISCTE (tese de mestrado).

BERNARDY, Michel de; BOISGONTIER, Pierre (1990) – “De l'évaluation des chercheurs et acteurs dans la recherche action”, in *Les Annales de la Recherche Urbaine*, nº 47, MELATT.

BERTAUX, Daniel (1980) – “L'Approche Biographique: Sa Validité Méthodologique, Ses Pontentialités”, in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Presses Universitaires de France.

BETTANINI, Tonino (1982) – *Espaço e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BLANCHET, Alain; GOTMAN, Anne (1992) – *L'Enquête et ses Méthodes: L'Entretien*. Paris, Nathan Université.

BOGDAN, R.; TAYLOR, S. J. (1975) – *Introduction to Qualitative Research Methods*. New York, Wiley-Interscience Pub.

BONETTI, M. et.al. (1991) – Développement Social Urbain Strategies et Méthodes. Paris, L'Harmattan.

BONETTI, Michel (1990) – “Évaluation Dynamique et programmation générative du développement social”, in Les Annales de la Recherche Urbaine, nº 47, MELATT.

BOUDON, Philippe (1992) – “Projet architectural et projet architecturologique”, in Le Projet - Un Défi Nécessaire Face à une Société sans Projet. Paris, L'Harmattan.

BOUDON, Raymond (s/data) – Os Métodos em Sociologia. Lisboa, Edições Rolim.

BOUTINET, Jean Pierre (1990) – Anthropologie du Projet. Paris, PUF.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SHOUTHEETE (1991) – Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora.

BRYMAN, Alan; CRAMER, Duncam (1992) – Análise de Dados em Ciências Sociais – Introdução às Técnicas Utilizando o SPSS. Oeiras, Celta Editora.

BURGESS, Robert G. (2005) – A Pesquisa de Terreno. Oeiras, Celta Editora.

CALCOEN, Francis (1993) – “Observateurs et Décideurs”, in Informations Sociales, nº27, Paris.

CARCUFF, Philippe (1993) – “La recherche sur les Méthodes D'Évaluation”, in L'Évaluation Développement. Rapport annuel sur l'évolution des pratiques d'évaluation des politiques publiques. Paris, La Documentation Française.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando (1999) – Avaliação de Projetos Sociais. Petropolis, Editora Vozes.

CONAN, Michel (1998) – L'Evaluation Constructive – Théorie, Principes et Elements de Méthode. St. Étienne, Ed. de l'Aube.

DOUBOCHET, Louis (1990) – “L'Action des réseaux urbains d'insertion”, in Les Annales de la Recherche Urbaine, nº 47, MELATT.

ECKERT, Denis (1990) – Évaluation et Perspective des Territoires. Paris, Reclus – La Documentation Française.

FAVARD, Anne-Marie D. (1991) – L'Evaluation Clinique en Action Sociale. Toulouse, Érès.

FERNANDO, M. García; IBÁÑEZ, Jesús; ALVIRA, Francisco (1986) – El análisis de la realidad social. Métodos y Técnicas de Investigación. Alianza Editorial, Madrid.

FERREIRA DE ALMEIRA, João; MADUREIRA PINTO (1990) – A Investigação nas Ciências Sociais. Lisboa, Editorial Presença.

FIGARI, Gérard; ARDOINO, Jacques (1996) – Avaliar: que referencial? Porto, Porto Editora.

FITZ-GIBBON, Carol Taylor; MORRIS, Lynn Lyons (1987) – How to design a program evaluation. Publicação Newbury Park, Sage Publications.

FODDY, William (s/data) – Como Perguntar: Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários. Oeiras, Celta Editora.

GAUJELAC, Vincent de (1990) – “De la mesure en tout! Évaluation et Développement Social”, in Les Annales de la Recherche Urbaine, nº 47, MELATT.

GEENRBERG, B. G. (1977) – “Evaluation of Social Programs”, in M. Guttentag e S. Saar (editors), Evaluation Studies Review Annual, Beverly Hills, Sage, Vol. 2.

GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin (1993) – O Inquérito – Teoria e Prática. Oeiras, Celta Editora.

GIL, António Carlos (1989) – Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo, Editora Atlas.

GODET, Michel (1993) – Manual de prospectiva estratégica: da antecipação à acção. Lisboa, Publicações D. Quixote.

GOODE, William J.; HATT Paul K. (s/data) – Métodos em Pesquisa Social. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

GUERRA, Isabel (coord.) (1997) – Diagnóstico sobre a Implementação do Programa PER nos Municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Lisboa, INH.

GUERRA, Isabel Carvalho (2002) – Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Ação – O Planeamento em Ciências Sociais. Cascais, Principia.

HAMILTON-SMITH, E. (1981) – “La Estrategia e la Metodologia de la Evaluación de Programas de Desarrollo Social”, in R. Franco, Planificación Social en América Latina y el Caribe. Santiago, Chile, ILPES-UNICEF.

HENNIGAN, K.M.; FLAY, B. R. (1982) – “Esclarecimiento de conceptos y términos usuales en la investigación evaluativa”, in R.E. Klein *et al.*, Evaluación del impacto de los programas de nutrición y de salud. Publication Científica nº 432, Washington, OPS/OMS.

Housing Policies and Housing Programs Orientations, Strategies and Evaluation (1992) – CIB Proceedings, CB W69, Publication 158, 10th meeting, Lisbon, LNEC.

HULTIN, M. (1981) – “Evaluation of Education Projects Financed by the World Bank Group”, in C.C. Abt, The Evaluation of social Programs.

JOEL, Maire-Eve (1990) – “Évaluation économique et développement social”, in Les Annales de la Recherche Urbaine, nº 47, MELATT.

JOURDAIN, Laurence (1997) – L'Évaluation des Politiques Communautaires: Légitimation et Apprentissages nationaux, in Cultures & Conflits. Paris, L'Harmattan

KIRESUK, T. J. (1979) – “Program Evaluation and Utilization Analysis”, in R. Perloff, editor, Evaluators Interventions Pros and Cons. Berverly Hills, Sage.

KLEIN, R. E. *et al.* (1982) – Evaluación del impacto de los programas de nutrición y de salud. Publication Científica nº 432, Washington, OPS/OMS.

L. MARTIN, Leonard; TESSER Abraham (ed.) (1992) – The construction of social judgements. New Jersey, Hillsdale, Lawrence Erlbaum Associates.

LEMIRE, Jean Loup (1989) – Habitat Adapté: Maitrise d'Oeuvre Sociale et Programation; Les Dossiers de nouveaux PACT-ARIM. Paris, FNC PACT-ARIM.

Les Politiques Sociales Transversales: Une Methodologie d'Évaluation de Leurs Effets Locaux (1986). La Documentation Française, Paris, Ministère du Plan et de L'Amenénagement du Territoire – Comissariat Général du Plan.

Les services publics et les populations défavorisées: évaluation de la politique d'accueil (1993). La Documentation Française, Paris, Ministère du Plan et de L'Amenénagement du Territoire.

MARGHIERI, Isabelle (org.) (1989) – Evaluation Endoformative des Pratiques Locales des Operateurs en Matière de Rehabilitation. Paris, CSTB.

MAYNTZ, Renate; HOLM, Kurt; HÜRBNER, Peter (1983) – Introducción a los Métodos de la Sociología Aplicada. Madrid Alianza Editorial.

MENGIN, Jacqueline (1989) – “L'évaluation qualitative appliqué ao développement”, in Recherche Sociale, nº 111, Paris (FORS).

Metodologias de Avaliação (1996) – Sociologia: Problemas e Práticas. Lisboa ISCTE.

MOHR, Lawrence B. (1992) – Impact analysis for program evaluation. Newbury Park, Sage Publications.

MORRIS, Lynn Lyons; FITZ-GIBBON, Carol Taylor; FREEMAN, Marie E. (1987) – How to communicate evaluation findings. Newbury Park, Sage Publications, Colecção (Program evaluation kit; 9).

MUSTO, S. (1975) – Análisis de eficiência. Metodologia de la evaluación de proyectos sociales de desarrollo. Tecnos, Madrid.

NACIONES UNIDAS (1984) – Pautas básicas para el seguimiento y evaluación de programas.

OPPENHEIM, A. N. (1992) – Questionnaire Design - Interviewing and Attitude Measurement. London Pinter Publishers.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (1981) – Evaluación de los promas de salud. Normas fundamentales, Genebra, OMS.

PADAKI, Vijay (ed.) (1995) – Development intervention and programme evaluation: concepts and cases. New Delhi, Sage.

PATTON, Michael Quinn (1983) – Qualitative Evaluation Methods. Califórnia, Sage.

PATTON, Michael Quinn (1987) – How to use qualitative methods in evaluation. Newbury Park , Sage Publications (Program evaluation kit; 4).

Pensar avaliação, melhorar a aprendizagem (1994) – Instituto de Inovação Educacional. Lisboa, Ministério da Educação.

PERRET, Bernard (1993) – “Réflexions sur les différents modèles d'évaluation”, in Revue Française d'Administration Publique, nº 66; Paris, IIAP.

PHILLIPS, Jack J. (1991) – Handbook of training evaluation and measurement methods. Houston, Gulf, Cop.

PIASER, D. (1984) – “La evaluación de las políticas sociales”, in Seminário sobre Formulación y Evaluación de Políticas Sociales, Montevideo, Centro Latinoamericano de Economía Humana (mimeo).

PICHARDO, A. (1985) – Planificación y programación social: bases para el diagnóstico y la formulation de programas y proyectos sociales. San José, Editorial de la Universidad de Costa Rica.

PICHARDO, A. (1989) – Evaluación del impacte social. San José, Editorial de la Universidad de Costa Rica.

POIRIER, Jean; CLAPIER-VALLADON, Simone; RAYBAUT, Paul (1995) – Histórias de Vida: Teoria e Prática. Celta Editora, Oeiras.

POULIER, François (1990) – “Les enjeux de l'évaluation”, in Recherches Évaluatives en Travail Social. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.

PRESCOTT, N.; WARFOR, J. (1990) – “Evaluación económica del sector salud”, in Desarrollo y fortalecimiento de los sistemas locales de salud. Washington D.C., Organización Panamericana de la Salud.

QUADE, E. S. (1982) – Analysis for Public Decisions, Nova York, Elsevier Science Publishing Co.

QUAY, H. C. (1979) – “The three faces of evaluation. What can be expected to work”, in L. Schrest, editor, Evaluation Studies Review Annual. Beverly Hills, Sage.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (1992) – Manual de Investigação em Ciências Sociais. Gradiva, Lisboa.

ROSSI, Réne (1993) – “Quelques Réflexions Sur Une Évaluation”, in Les Carries de L'Habitat, nº22, Paris.

SAGER, Tony (1981) – “Evaluation Methods in Local Participatory Planning”, in Town Planning Review, Liverpool, Liverpool University Press.

SANTOS SILVA, Augusto; MADUREIRA PINTO, José (1987) – Metodologia das Ciências Sociais. Porto, Ed. Afrontamento.

SAUVAGE, André (org.) (1994) – Évaluation et Jugement; Actes du Séminaire de Rennes, février 1993. Rennes, Ed. Média Grafic.

SCHIEFER, Ulrich; BAB-DOBEL, Lucinia; BATISTA, António; DOBEL, Reinald; NOGUEIRA, João; TEIXEIRA, Paulo J. (2006) – MAPA: Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos. Cascais, Principia.

SCHIEFER, Ulrich; TEIXEIRA, Paulo J.; MONTEIRO, Susana (2006) – MAPA – Manual de Facilitação para a Gestão de Eventos e Processos Participativos. Cascais, Principia.

SECHET, Patrice ; CONAM, Michel (1992) – Habitat, Services, Insertion Urbaine des personnes Ages: Une Methode Generative pour la conduit de Projet. Paris, CSTB.

SELLTIZ; JAHODA; DEUTSCH; COOK. (1967) – Métodos de Pesquisas nas Relações Sociais; Editora HUCITEC, São Paulo.

SERRANO, Glória Pérez (2008) – Elaboração de Projectos Sociais – Casos Práticos. Porto, Porto Editora.

SOCZKA, Luís *et al.* (1988) – Manual do Inquiridor; LNEC, Lisboa.

SPENLEHAUER, Vincent (1995) – L'evaluation de politique usages sociaux: trois études de cas d'évaluation; Paris, L'Harmattan.

STECHER, Brian M.; DAVIS, W. Alan (1987) – How to focus an evaluation. Newbury Park, Sage Publications.

STEWART, Murray; BURTON, Paul (1990) – “Évaluation des Actions Communautaires dans le Cheshire”, in Les Annales de la Recherche Urbaine, nº 47, MELATT.

STILLAR, Glenn F. (1998) – Analyzing Everyday Texts – Discourse, Rhetoric, and Social Perspectives. London, Sage Publications Inc.

TOBAL, C. (1982) – Guia para la formulación y evaluación nacional de proyectos de desarrollo rural integrado. Washington D.C., OEA.

TOULHEFEN, Jacques (1993) – “L'Évaluation d'une Politique Publique”, in Les Carries de L'Habitat, nº22, Paris.

TRICART, Jean Paul (1989) – Contribution a la definition d'une methodologie d'evaluation des pratiques sociales aux niveaux local. Lille, Observatoire des Mutations et des Migrations Internationales de lá Région du Nord.

VASCONCELOS, Lia; OLIVEIRA, Rosário; CASER, Úrsula (2009) – Governância e participação na Gestão Territorial. Série Políticas de Cidades, n.º 5, Lisboa, DGOTDU.

VELHO, Gilberto (1994) – Projeto e Metamorfose – Antropologia das Sociedades Complexas. Rio de Janeiro, Zahar Editor.

WEISS, C. H. (1970) – “The politization of evaluation research”, in Journal of Social Issues, 26(4):57.68.

WEISS, C. H. (1982) – Investigación evaluativa. Métodos para determinar la eficiencia de los programas de acción. México, Editorial Trillas.

WHOLEY, J. S. (1979) – Evaluating: Promise and Performance. Washington D. C., The Urban Institute.

WILDAVSKY, A. (1978) – “The self-evaluating organization”, in T. Cook, editor, Evaluating Review Annual, Beverly Hills, Sage.

ZOLLER, Henry G.; BEGUIN, Hubert (1992) – Aide a la decision: l'evaluation des projets d'aménagement. Paris, Economica.

ZUNIGA, Ricardo (1994) – L'évaluation dans l'action. Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal.

